



1290000930



TCC/UNICAMP L628d

Desemprego dos jovens na Europa na década de 80.

O DESEMPREGO DOS JOVENS NA EUROPA NA DÉCADA DE 80.

UM CASO ESPECÍFICO: A FRANÇA

MARIA FERNANDA FREIRE DE LIMA
RA880611

Orientador: Mário Ferreira Presser
Banca: Cláudio Salvadori Dedecca

Dezembro de 1991
Universidade Estadual de Campinas

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
INSTITUTO DE ECONOMIA
UNICAMP

CEDOC/IE

"...Gide já havia reparado: quando um filósofo responde, já se esqueceu o que se tinha perguntado..."

F. Daninos

AGRADECIMENTOS

Ao professor Mário Presser, pela ajuda e dedicação e orientação, sem as quais este trabalho não teria sido realizado

Ao professor e amigo Otávio de Barros, que muito contribuiu para este trabalho, me enviando uma significativa bibliografia sobre o tema.

A meu amigo Matias Chambouleyron, pela ajuda técnica e sempre presente nos momentos de crise.

A meus amigos André Lourenço, Ana Cláudia C. de Oliveira, Ana Maria B. Pinto, Debora Waldman e Eliane Rosandisky, pelo apoio, carinho e amizade que sempre me deram.

A meus queridos pais Sonia e Luiz, por sempre, e em qualquer circunstância, terem me apoiado, consolado e amado.

Ao meu querido irmão Marcelo, especialmente, por sempre ter me ajudado e acalmado.

APRESENTAÇÃO

A crise do final da década de 70 na Europa persistiu no início dos anos 80. Nestes anos, a crise se aprofundou juntamente com o desemprego. Este atingiu diferentemente a população ativa, principalmente os jovens que, liberados pelo sistema educativo, não foram absorvidos pela criação de empregos. A inserção se tornou mais difícil quanto mais baixo o nível de estudos.

Com a crise de 1979, a França adotou uma política de retomada econômica com o objetivo de criar empregos, seja na órbita pública ou na privada, via o incentivo através de vantagens financeiras às empresas, facilitando o crédito, aumentando o poder de compra dos consumidores e provocando assim uma inflação com a criação de moeda. A crise marcou um período de alternância entre o combate à inflação e ao desemprego.

O governo Mauroy, em 1981-82, deu prioridade ao combate ao desemprego e a retomada da atividade econômica. Para tal, ofereceu vantagens para as empresas.

Apesar da inflação ter se atenuado em 1982, o desemprego continuou alto e preocupante, e o déficit da

Balança Comercial se acentuou. As políticas de retomada até então utilizadas cederam lugar para o plano de austeridade.

A crise persistiu e o desemprego continuou a aumentar. A política de retomada do consumo e reformas sociais pesaram nos custos, deteriorando a Balança Comercial da França. Os déficits orçamentário e externo acabam provocando a depreciação do franco. Sem renunciar à luta contra a inflação, tentou a retomada do consumo após os saneamento da economia e a luta contra a inflação

A situação do emprego era tal que a procura de trabalho se tornou insuficiente para absorver a oferta acrescida pela chegada dos jovens nascidos por volta dos anos 60. Com efeito, havia ausência de uma dinâmica do crescimento que pudesse criar empregos, pois uma retomada do investimento privado não seria acompanhada obrigatoriamente por uma melhora da demanda do emprego. O investimento poderia constituir uma ameaça para o pessoal das empresas não modernizadas e os postos criados poderiam não compensar os que a readaptação técnica suprimiu.

Uma política de emprego não pode ser dissociada do conjunto das intervenções do Estado. De fato, acaba se repercutindo em outras áreas sem ser a de emprego: o equilíbrio do orçamento, a evolução da produção, dos preços, do mesmo modo que outras medidas com outros objetivos influenciam o emprego.

A distinção dos vários objetivos de uma medida não é clara: ela pode ser ou não elemento de uma política de emprego e mesmo as políticas de emprego se confundem com toda a política econômica e social do Estado.

Uma intervenção do Estado pode ser orientada para a oferta de empregos, se ela age sobre o volume ou estrutura dos empregos oferecidos pela sistema produtivo, ou orientada para a demanda de empregos, se os efeitos obtidos ou procurados dizem respeito aos aspectos do comportamento da população vis-à-vis do trabalho e atividade.

Há programas destinados especificamente a jovens desempregados ou a desempregados de longo período. A maioria deles oferecem oportunidades de formação ou de experiência profissional. Raramente se garante emprego permanente ou mesmo um posto de trabalho após o período de capacitação do indivíduo. Pode ser um grande inconveniente dos programas, mas os partidários argumentam que estes podem permitir aos participantes dos programas, sobretudo os jovens, adquirir certas qualificações básicas e iniciar-se à vida ativa. Alguns empregadores aproveitam esses programas para seleção de pessoal para ocupar as vagas existentes.

Dentre vários programas existe o tipo da formação combinada com o trabalho onde o objetivo é facilitar aos jovens a passagem da escola para a vida ativa ou adquirir experiência profissional.

O objeto desta dissertação é analisar o desemprego dos jovens na Europa, especificamente na França, em diversas etapas: sua evolução ao longo da década de 80, suas causas, os programas de emprego desenvolvidos e adotados para combatê-los, os resultados obtidos e suas consequências.

CAPÍTULO 1

O DESEMPREGO DOS JOVENS NA EUROPA

INTRODUÇÃO.

Em lenta progressão desde a metade da década de 60, o desemprego se agravou quando do primeiro choque do petróleo. Após o segundo choque, este ganha uma nova dimensão: 2 milhões de desempregados na França, 3 milhões na Grã-Bretanha e 10 milhões nos EUA^(*).

A partir dos anos 80, os países industrializados conheceram uma crise profunda e um crescimento do desemprego: este, além de aumentar em quantidade, aumentou também seu período médio de duração. As estruturas do mercado de trabalho na Europa mostraram sinais de mudanças macroeconômicas: a desaceleração das taxas de crescimento da produtividade do trabalho e o aumento brutal dos preços das matérias-primas em 1973-74 e 1979-80, reduziram a renda real dos países da OCDE de pouco mais de 1%^(**). A aceleração da inflação e a baixa da produtividade atingiram toda a economia, juntamente com a progressão do desemprego. Este afetou diferentemente a população ativa. Os jovens foram particularmente atingidos, sobretudo aqueles que estão a procura de um primeiro emprego.

No começo de 1983, atingiu 35 milhões na região da OCDE^(**). O aumento do desemprego e a perspectiva de que

este permanecesse elevado constituíram um problema essencial ao qual se confrontavam os governos destes países. Na Europa, a progressão constante do desemprego, acompanhada de uma estagnação total ou quase do nível do emprego, levou os governos a concederem elevados auxílios-desemprego, o que, no entanto, não compensou as repercussões humanas e sociais do alongamento da duração média do desemprego e do desgaste da experiência profissional e recursos dos trabalhadores sem emprego.

No entanto, a partir da metade de 1983, nos doze países membros da OCDE que dispõem de dados relativamente comparáveis, o emprego dos jovens de menos de 25 anos progrediu ligeiramente depois de quatro anos de baixas sucessivas; esta melhora não atingiu uniformemente o conjunto dos países. Porém, nos EUA, a situação do desemprego era melhor caindo 1,9%, na Alemanha 1,5%, e 2% na Grã-Bretanha. Contrastando com estes países, a Itália tem um aumento de 3,5%, e a França de 8% em 1984⁽⁴⁾. (Ver tabela I em anexo).

Veremos como o desemprego se concentrou nos jovens, as dificuldades de inserção destes no mercado de trabalho, as explicações fornecidas pela OCDE, assim como a visão de outros autores sobre o assunto, e a precarização do trabalho decorrente das altas taxas de desemprego.

O PROBLEMA DO DESEMPREGO.

As políticas keynesianas de retomada têm como prioridade evitar o desemprego mantendo o aumento dos salários. Uma queda destes, mesmo que aceita pelos trabalhadores, não é suficiente para acabar com o desemprego, pois reduz a demanda total, junto com o volume de produção e o emprego. As empresas acabam por não recrutar mais, pois não têm demanda suficiente para absorver sua produção. Assim, o aumento das despesas governamentais ou dos salários aumenta o emprego, pois o crescimento da demanda gerada permite o escoamento de toda a produção e, portanto, se emprega maior número de trabalhadores para se produzir mais.

Elas fracassam porque seus custos levam a grandes desequilíbrios financeiros que acabam sendo compensados pelo enfraquecimento das moedas, das empresas e pela inflação.

Nos Países Baixos, os custos foram transferidos para as empresas, que sofreram, como consequência, a queda de sua produtividade e uma "multiplicação" das falências, o que a prazo criou desemprego.

Na Grã-Bretanha a situação era mais grave pelo fato dos capitais estrangeiros serem atraídos pelas elevadas taxas de juros, o que supervalorizou a libra e afetou a competitividade da indústria (diminuiu 40% em dois anos). A economia se desindustrializou, aumentando falências e demissões.

Na França, o Plano Barre de 1976, para permitir o crescimento que absorveria, a prazo, o desemprego, visou tornar as empresas mais competitivas e aumentar seus lucros. Os resultados porém foram medíocres: a inflação superou os 10%, o desemprego continuou a aumentar assim como o déficit da seguridade social. O segundo choque do petróleo agravou a situação.

Em 81-82, o governo Mauroy tentou uma política estrutural (nacionalizações, reformas sociais, leis sobre o trabalho e impostos sobre as fortunas). Tentou combater o desemprego e a inflação dando prioridade ao investimento produtivo e abaixando a carga horária para 35 horas (sem compensação total da perda salarial).

Em meados de 1983, a situação francesa se tornou incerta: depois de dois anos de estabilização do desemprego, ao redor do número simbólico de 2 milhões, favorecido pela política ativa de retomada da atividade e da "gestão social" do desemprego, a situação era preocupante. Os efeitos do plano de austeridade começavam a se manifestar no momento em que as medidas para recrutamento de pessoal perdiam o fôlego. Tiveram um efeito no curto prazo, mas não reverteram a tendência de uma situação observada nos últimos 15 anos.

O desempregado, por definição (adotada em 1982 pelo BIT), deve estar a procura efetiva de um emprego, disponível para ocupá-lo, não exercer nenhuma outra atividade profissional - se inclui também o que achou um emprego, porém, que só começa ulteriormente. O grupo

constituído pelos desempregados não é estático, mas resulta de um movimento constante de pessoas que se tornam ou deixam de ser desempregados. Algumas pessoas são mais atingidas que outras, seja por se tornarem desempregadas com maior frequência, seja por estarem desempregadas por mais tempo.

O crescimento do desemprego nos grandes países europeus foi atribuído não tanto ao aumento do número dos que não têm emprego, mas também ao tempo cada vez mais longo que o desempregado leva para achar um trabalho. Na Grã-Bretanha, França, e Itália, esta redução de oportunidade de emprego atingiu principalmente os trabalhadores pouco qualificados, os jovens e os que se aproximam da aposentadoria.

No que concerne os jovens, uma mostra de concentração do desemprego aparece quando alguns deles passam, mais que outros, por vários períodos de desemprego (todavia, não resulta unicamente da frequência dos períodos de desemprego). A isso se soma a noção de "estado de dependência relativo ao desemprego", onde o princípio estipula que o desemprego leva ao desemprego: ou seja, as chances de um adolescente sair do desemprego até o final de um dado período dependem, até certo ponto, do tempo em que esteve desempregado anteriormente.

O risco de se tornar desempregado pode variar também segundo características pessoais, tais como seu interesse pelo trabalho ou motivo que o incita a trabalhar: o que exprime apenas o resultado da heterogeneidade dos

interessados. O fato de atravessar um período de desemprego pode atenuar sua vontade de trabalhar ou de procurar um emprego, além de perder parte de suas aptidões (os empregadores que se baseiam no Curriculum Vitae dos candidatos são levados a pensar que estes são menos "prometedores" ou menos aptos ao trabalho).

O desemprego se concentra nos jovens e no desemprego de longa duração dos adultos. A elevada taxa de desemprego nos países da OCDE é dada tanto pela amplitude do crescimento dos salários quanto pelas dificuldades que os mecanismos do mercado de trabalho encontram para tentar impedir o aumento inicial do desemprego em consequência da recessão. A sua concentração traduz as evoluções ocorridas no funcionamento do mercado de trabalho.

O DESEMPREGO DOS JOVENS.

O desemprego se agravou desde o primeiro choque do petróleo. No entanto, o Japão, Estados Unidos e Europa conheceram diferentes situações em se tratando de emprego: o Japão e os EUA compensaram a diminuição do emprego agrícola e a progressão da população ativa com um crescimento sustentado do emprego, tanto nos serviços como na indústria. Já a Europa compensou apenas a queda dos efetivos agrícolas (1 milhão) e industriais (2 milhões) com a criação de empregos no setor terciário (4.7 milhões entre 1976 e 1981)⁽³⁾. Numa previsão para 1990 (elaborada pela OCDE em

1984), para se atingir um nível de emprego comparável ao de antes do segundo choque do petróleo (19 milhões), seria preciso a criação de 20 mil empregos por dia entre 1984 e 1989, dos quais 12 mil apenas para enfrentar o crescimento da população ativa⁶. Tal ritmo representa o dobro do que ocorrera na retomada dos anos 1976-79.

Em 1983, a estabilidade do desemprego europeu pareceu mais ser fruto de uma política de limitação da progressão da população ativa (por exemplo, a tentativa de impedir que os jovens entrassem muito cedo no mercado de trabalho) do que uma retomada do dinamismo econômico.

Na região da OCDE, a população em idade ativa (15-64 anos) aumentou regularmente, desde 1973, com uma taxa anual ligeiramente superior a 1%, ou seja, pouco mais rapidamente que a população total⁷. A chegada no mercado de trabalho dos jovens que nasceram durante o "baby boom", mais a entrada em "massa" das mulheres provoca um aumento da população ativa de 5,6% na Europa⁸.

Este forte aumento da população feminina foi contrabalançada por uma diminuição das taxas de atividade nas faixas extremas de idade da população ativa. Assim, a taxa de atividade dos jovens, entre 1974-81, caiu mais de 6 pontos percentuais, para os de 15-19 anos, e 2 pontos para os de 20-24 anos⁹. Essa queda resultou de um prolongamento da escolaridade e da preocupação de adquirir uma formação profissional suficiente para adentrar em boas condições no

mercado de trabalho, mas foi também reforçada pela crise econômica.

A política de "gestão social" do desemprego tende a limitar a demanda de emprego ao invés de aumentar sua oferta, porém com um custo que tende a ser proibitivo. Os efeitos da produtividade, robotização e informatização dos processos industriais e serviços podem contribuir a limitar os empregos, mesmo em períodos de crescimento: antes grandes criadores de emprego, os setores bancários e de seguros demonstram uma certa saturação. O desemprego europeu tende a permanecer a uma taxa de 10% da população ativa⁽¹⁰⁾. Sua progressão, mais forte desde uns vinte anos, se concentra em alguns grupos mais desfavorecidos por falta de qualificações ou experiência profissional.

Inicialmente, o mercado "principal" de emprego - salários altos e estabilidade do emprego - é poupado, sendo o mercado secundário a sofrer o choque: as primeiras vítimas da crise são, de maneira desproporcional, os jovens e as mulheres com empregos pouco estáveis e baixos salários. A discriminação de idade e sexo, se soma a de formação profissional. Com o agravamento da recessão, o mercado secundário não é suficiente para proteger o mercado primário: outras categorias que possuíam uma qualificação profissional e que antes dispunham de uma estabilidade do emprego, se tornam desempregadas. O "núcleo" começa a ser atingido no começo dos anos 80, confirmando o agravamento da crise econômica.

AS EXPLICAÇÕES DA OCDE.

UMA EXPLICAÇÃO NEOCLÁSSICA.

Segundo a OCDE, os mercados de trabalho, assim como os mecanismos que regem as relações entre empregadores e trabalhadores, preenchem funções econômicas e sociais diversas: procurar um equilíbrio entre o nível dos salários e a capacidade de pagamento da economia - condição indispensável à manutenção de um nível de emprego elevado -, dar flexibilidade suficiente à mão-de-obra afim de poder direccionar os recursos humanos aos setores de atividade mais prometedores, levar em conta a aspiração dos trabalhadores à estabilidade e segurança do emprego, reconhecer que as relações de trabalho mais duráveis podem contribuir ao desenvolvimento e a uma utilização mais eficaz do profissional.

Na teoria neoclássica, o modo de funcionamento do mercado de trabalho é considerado idêntico ao de mercado de produtos, onde o trabalho é considerado a mercadoria e os salários, os preços. O desemprego é provocado pelo aumento dos salários nominais que tende a elevar os salários reais acima do ponto de equilíbrio da oferta e da demanda de trabalho. É então desencadeado pelas ações das organizações sindicais e dos governos que se opoem à baixa dos salários que, supostamente, reestabelece o equilíbrio do emprego.

Essencialmente na Europa, o modo de funcionamento das estruturas do mercado de trabalho contribuiu -via o

aumento de salários e conflitos trabalhistas, para o elevado desemprego vigente. Seria necessária uma reforma do mercado de trabalho se se quer que o desemprego caia e fique a níveis aceitáveis para a sociedade. Os desequilíbrios ou disparidades existentes entre salários e lucros no fim dos anos 60 e que se agravaram na década de 70, necessitavam correções, assim como se necessitava inverter a tendência a um encolhimento excessivo do leque salarial. As disparidades entre salários e lucros se reduziram, mas ao preço de um desemprego elevado.

Na teoria neoclássica, a queda dos salários estimula o emprego pois as empresas aumentam sua demanda por trabalho. Uma melhora durável do processo de fixação dos salários depende da evolução das estruturas do mercado de trabalho e das negociações coletivas; porém exige mais do que apenas uma modificação deste, pois é ligada à repartição da mão-de-obra e à eficiência desta última, ou seja, à flexibilidade do mercado de trabalho.

Para a OCDE, de uma maneira geral, se constata que, nos mercados de trabalho, os mecanismos de ajuste estrutural têm a tendência a provocar uma harmonia dos salários com a capacidade de pagamento da economia e permitem ao desemprego situar-se a um nível suportável sem que a inflação recomece. O nível e persistência do desemprego dependem muito da adaptação entre os empregos ofertados e os demandantes de emprego, ou seja, da medida em que os salários incitam os empregadores a oferecer empregos

correspondentes a categorias cuja oferta é excessiva e da facilidade com que os trabalhadores se deslocam para onde há emprego.

Para que os países obtenham um crescimento sustentado do emprego, a OCDE aponta para as estruturas do mercado de trabalho como contribuindo para um melhor ajustamento dos salários a um nível macroeconômico, em função da capacidade de pagamento da economia. Para tal é preciso um sistema de relações profissionais bem estruturado do ponto de vista social.

Os empregos devem, então, se adaptar à evolução dos mercados e ao progresso tecnológico, e a criação dos novos empregos deve ser em setores que contribuam mais à formação do produto.

Os mercados de trabalho são imperfeitos em razão da heterogeneidade dos empregos e da unicidade dos demandantes de emprego. O mercado de trabalho não se parece com um "mercado clássico": é resultante de acordos entre trabalhadores e empregadores, individual ou coletivamente. Os mercados de trabalho têm efeito direto sobre o nível de vida e as relações sociais: nas sociedades industriais, a maioria das pessoas tira a maior parte da sua renda de um emprego assalariado.

Outra característica dos mercados de trabalho é seu impacto macroeconômico, pois o fator trabalho está presente na produção dos bens e serviços onde geralmente seu preço é coordenado. A curto prazo, "os salários nominais

determinam o nível geral dos preços e, indiretamente, o nível de atividade". A negociação dos empregadores e assalariados incide na capacidade da economia reduzir seu desemprego e repartir eficazmente seus recursos humanos.

Os sistemas de relações profissionais dividem os países da OCDE em cinco grupos: um deles, onde se incluem a Grã-Bretanha, Itália e França se caracteriza pela concorrência entre os sindicatos (por fatores de ordem política, a estrutura destes não foi racionalizada depois da Segunda Guerra Mundial como ocorreu em outros países europeus), pela existência de níveis de negociações múltiplas e pouco coordenadas, pela ausência de controle formal ou informal sobre o processo de negociação coletiva. Esse sistema fragmentado das relações profissionais se mostrou ineficaz com relação à queda do crescimento e ao aumento dos preços do petróleo e outros produtos de base nos anos 70.

A OCDE trata as elevadas taxas de desemprego registradas nestes países como sendo devidas às falhas dos mecanismos do mercado em frear o aumento inicial do desemprego por causa da recessão. A concentração do desemprego nos jovens e no de longa duração traduz as evoluções do funcionamento do mercado de trabalho nestes países: a interação entre a indexação dos salários e a política de renda levou a uma redução das disparidades salariais, (no caso da França, o aumento do salário mínimo foi mais rápido do que as outras remunerações), os poderes

públicos impuseram regulamentações e restrições contratuais à utilização da mão-de-obra.

A progressão do desemprego na Europa é ligada a uma redução das disparidades das remunerações - estas são geralmente maiores numa economia onde as diferenças de nível de instrução são grandes e onde a mudança de emprego é custosa para o assalariado - e da mobilidade da mão-de-obra. O aumento global do número de desempregados e a frequência do desemprego entre os jovens e trabalhadores pouco qualificados foram mais evidentes nos países onde se observa uma redução do leque salarial e uma ausência de qualificações profissionais por diploma, sobretudo na Grã-Bretanha, França e Itália.

Na Grã-Bretanha, a probabilidade de ser recontratado tende a diminuir com o aumento da duração do desemprego. Na França e Itália, este processo foi compensado por uma progressão dos empregos semi-oficiais ou não declarados.

AS INTERPRETAÇÕES DA OCDE RELATIVAS AOS JOVENS.

A OCDE emite três teses para explicar o movimento ascendente do desemprego. A primeira põe em relevo a debilidade da demanda efetiva na Europa em relação à situação que prevalece nos EUA. A segunda realça o aumento dos custos reais da mão-de-obra e a queda da rentabilidade que a acompanha. A terceira o papel da rigidez dos mercados

de trabalho, de capitais e de produtos nas economias europeias. Contribuindo ao aumento dos custos reais da mão-de-obra, ela freia as transformações estruturais e tecnológicas, dissuade os empregadores de aumentar seus efetivos.

As taxas de desemprego dos jovens (incluindo adolescentes e jovens adultos) aumentaram sensivelmente em cinco países da OCDE (Canadá, EUA, Alemanha, França e Grã-Bretanha), mas particularmente nos países europeus citados. Apesar de definições e métodos distintos de cálculo das diversas taxas em cada país, aparece uma conclusão geral onde os adolescentes estão mais expostos ao risco de desemprego do que os adultos - o risco é três vezes maior, porém repartido de maneira desigual entre eles: pode variar segundo sexo ou raça. Este risco maior pode ser explicado pelo meio de condução ao desemprego diferir.

Os adolescentes têm a particularidade de estarem desempregados antes do primeiro emprego, o que poderia explicar parte do desemprego juvenil, hipótese esta não confirmada pelos dados. O fato dos adolescentes serem recém-chegados no mercado de trabalho, que tenham acabado de sair da escola ou terminado o serviço militar, pode agravar ligeiramente o risco de desemprego, mas não é suficiente para explicar as variações observadas entre as taxas após o término de emprego. As taxas elevadas de término de emprego destes podem ser parcialmente atribuídas ao movimento sazonal - de arranjar e deixar um emprego ao término e

início do período escolar, respectivamente- não justificando a diferença existente entre estas taxas e as dos adultos.

Há diversas interpretações no que diz respeito aos jovens: é uma fase normal de passagem da escola para a vida ativa; a natureza dos empregos geralmente oferecidos aos adolescentes, na maioria, consistem em tarefas subalternas e não apresentam perspectivas de carreira; e em períodos de recessão, os empregadores estão mais sujeitos a demitir, em primeiro lugar, os jovens do que os adultos.

No mercado de trabalho dos jovens, o término de emprego é mais frequentemente devido a demissões do que a pedidos de demissão. No entanto se faz necessário distinguir as demissões consequentes de uma queda da demanda por mão-de-obra por parte da empresa, e as devidas à insatisfação do empregador em relação ao adolescente em questão. As duas razões não se excluem pois pode ocorrer que adolescentes sejam recrutados antes que sua produtividade (a julgamento do empregador) justifique o emprego. Também no caso de uma queda na produção da empresa, o empregador deve escolher a quem vai demitir e em alguns países, como a Alemanha e a França, as demissões de trabalhadores mais antigos são dificultadas, senão impossíveis, visto as regulamentações e convenções coletivas em vigor. Além disto, o empregador hesitará em demitir um trabalhador adulto no qual havia investido em sua formação. Os jovens sem formação geral ou qualificação particular serão os primeiros. Assim, as taxas de desemprego mais elevadas entre os jovens são devidas

tanto à queda da demanda por mão-de-obra quanto às características pessoais destes. A isto se soma o fato dos jovens se beneficiarem normalmente menos que os mais velhos da estabilidade do emprego.

Se se considerar o desemprego durante um longo período, os períodos de desemprego repetidos são relevantes. As características pessoais, que aumentam os riscos de desemprego num dado período, se persistirem, aumentam a probabilidade de se atravessar novos períodos no futuro. A concentração do desemprego determina como este se reparte entre as pessoas atingidas. Parte desta pode ocorrer de maneira fortuita, mas o grau de concentração observado na realidade é bem superior àquele produzido pelo acaso. O aumento da duração do desemprego nos países industrializados é um sinal da fragmentação do mercado de trabalho e da concentração sobre grupos desfavorecidos.

De fato, é mais comum se observar as pessoas mais velhas, com qualificações inferiores à média e saúde deficiente, se tornarem desempregados de longo prazo. No entanto, ainda não há qualquer especificidade real destes, principalmente nos países onde houve um rápido aumento do desemprego.

As chances de uma pessoa sair dele ao longo de um dado período pode, em parte, depender da extensão do período em que este esteve desempregado anteriormente. O desemprego de longo prazo constitui uma desvantagem maior para os mais jovens, nem tanto pelo fato do "estado de dependência"

relativo ao desemprego - isto é, quanto maior o tempo de desemprego de uma pessoa, menores são suas chances de conseguir um emprego -, mas pelo efeito, sobre os salários e qualificação, da perda de experiência profissional.

O problema a resolver não é, então, somente a primeira inserção do jovem no mercado de trabalho - dado seu caráter sazonal razoavelmente marcado onde as inscrições para um primeiro emprego culminam num nível bastante elevado em setembro, mas representam ao longo do ano uma proporção não negligenciável no fluxo de procura do emprego - mas também as que podem ocorrer mais tarde. Mesmo se os primeiros demandantes representam quase a metade dos jovens desempregados, a parte dos jovens que procuram um emprego após uma demissão tem tendência a aumentar.

De fato, a segmentação do mercado de trabalho em "primário" (empregos estáveis e bem remunerados) e "secundário" que suporta todo tipo de variação da atividade econômica, conduz às vezes a oferecer aos jovens apenas empregos temporários e pouco atrativos. Ora, uma elevação do nível geral dos conhecimentos e o aumento da taxa de escolaridade levam a maiores exigências e aspirações profissionais que os desviam deste tipo de emprego.

O desemprego dos anos 80 pode constituir um desafio para as políticas sociais, pois seus instrumentos se revelam progressivamente inadequados frente ao aumento da duração do desemprego e ao problema dos que não têm mais direito ao auxílio-desemprego. As políticas de mão-de-obra e

emprego, eficazes em relação a seus custos, podem contribuir ao ajustamento estrutural do mercado de trabalho. A maioria dos governos tomou medidas especiais em favor dos grupos que julgavam particularmente atingidos pelo desemprego. Inicialmente eram os jovens, ultimamente os governos começam a se preocupar com os desempregados de longo prazo, pois o número de pessoas sem emprego durante mais de um ano aumentou muito rapidamente.

Implícita ou explicitamente, as medidas não aumentaram o nível de emprego. São destinadas a dar aos grupos visados melhores chances de obter parte dos raros empregos disponíveis. Sem ajuda, os jovens e adultos desempregados por um longo tempo terão maiores dificuldades de encontrar trabalho. O objetivo geral governamental é então de redistribuir o peso do desemprego aliviando as categorias mais desfavorecidas.

A VISÃO DE R. BOYER.

R. Boyer estima que, durante os anos 60, as políticas econômicas eram focalizadas na eficiência comparativa dos mecanismos monetário e contábil, mantendo o desenvolvimento com pleno emprego e sem inflação. No meio da década de 80, a situação muda: métodos tradicionais de gestão ainda são usados, mas de maneira restritiva, para reduzir a inflação mesmo com o custo de um grande e duradouro aumento no longo prazo do desemprego. O objetivo principal é provocar uma mudança estrutural que permita um crescimento sustentado.

A probabilidade dos salários nominais aumentar enquanto o desemprego estiver alto é descartada a priori pela teoria neoclássica padrão: apenas o poder monopolístico dos sindicatos e o papel público da compensação do desemprego podem explicar a estagflação, mesmo que o fenômeno tenha sido comum desde o final da década de 60.

Sua hipótese básica é que as características econômicas e políticas das relações sociais podem ter várias formas. O termo "regulação" significa o processo dinâmico de cada adaptação produtiva e social da demanda. Isto ocorre quando os ajustamentos econômicos encontram uma dada configuração das normas institucionais. Num sistema dominado pela lógica do mercado e relações capitalistas, o sucesso da regulação é medido pela sua habilidade em dirigir e canalizar o processo de acumulação de capital. O modo de

desenvolvimento pode as vezes ser aplicado à simbiose entre o método de regulação e um sistema viável de acumulação. Inerentes à definição de regulação, os desequilíbrios são características permanentes de cada sistema econômico, particularmente quando este é ativado por decisões que se referem ao investimento de capital. Um tipo de crise periódica é então consequência de um dado método de regulação. De fato pode-se demonstrar que a natureza das crises cíclicas foi alterada desde o final do século XVIII. Mas nem todas as crises têm esta forma: em alguns períodos da história, uma queda na atividade econômica é insuficiente para compensar os desequilíbrios acumulados. Deve ser feita uma distinção entre as "crises menores" e as estruturais ou "crises maiores", com diferenças qualitativas e quantitativas. A crise estrutural concerne a dinâmica do sistema ou a forma tomada pelas lutas sociais políticas.

AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

Para se fazer recuar o desemprego de maneira durável, seria preciso uma boa dosagem entre as políticas econômicas, as do mercado de trabalho, e a social e educativa, pois os elementos conjunturais e estruturais da política governamental devem ser confiáveis e consistentes com seus objetivos. São necessárias políticas específicas suscetíveis de ajudar os jovens no acesso ao mercado de trabalho, em boas condições.

Os poderes públicos desenvolveram procedimentos permitindo a formação de jovens e facilitando aos empregadores o encargo que representa o recebimento na empresa de um jovem assalariado e sem experiência. Os jovens que são mais atingidos são os que têm uma formação profissional particularmente fraca ou mesmo inexistente, o que leva os empregadores a terem exigências cada vez maiores em relação à formação profissional.

Junto ao desemprego, o poder público deve seguir dois objetivos: ajudar os desempregados frente à sua perda de renda e facilitar sua reinserção profissional. Os seguros-desemprego são geralmente eficazes para ajudar as pessoas em período temporário de desemprego, este devido em grande parte à incapacidade do mercado de trabalho se adaptar ao aumento inicial do desemprego, segundo a OCDE. A

maioria dos indivíduos depende do trabalho para seu "bem-estar" econômico. A importância social do emprego apresenta um caráter cumulativo: valorização do capital humano, possibilidades de promoção, remuneração de acordo com a antiguidade, direitos de seguro e de pensão.

Os países da OCDE com uma certa extensão de pobreza devem procurar as razões no sub-emprego, que atinge tanto trabalhadores desempregados quanto aqueles que renunciaram a procurar um emprego e largaram o mercado de trabalho, assim como os que, não por decisão própria, têm empregos de meio-período ou ocasionais.

A maioria dos países europeus tem a característica de uma disparidade entre o ensino geral e o ensino profissional. Os números habituais da demanda por qualificação (empregos vagos) são contestáveis como indicadores da adaptação relativa do ensino às necessidades profissionais. Na medida do possível, os empregadores organizam a formação do trabalhador ao longo do emprego. Qual seja o mercado de trabalho, são incitados a organizar as tarefas de maneira a precisar o menos possível de qualificações raras.

A formação profissional foi muito encarada como uma espécie de última chance para os "perdedores" da competição do ensino: seu prestígio é pequeno e são os sistemas de aprendizagem como as escolas profissionalizantes que sofrem as consequências. Foram "censuradas" por serem uma fonte de mão-de-obra barata, dar uma instrução teórica

mediocre ou mesmo uma orientação profissional muito estreita.

De certa forma, a formação dada nem sempre soube ou conseguiu se adaptar à evolução do mercado de trabalho. Mesmo consultando os empregadores ou sindicatos sobre os programas de estudo, as escolas profissionalizantes não conseguiram criar laços suficientes com o mundo do trabalho para compensar sua imagem mediocre ligada à seleção negativa do aluno.

Na Europa, a formação profissional é dispensada em parte ao nível secundário (no Japão e EUA, é para alunos mais velhos), é mais padronizada e integrada ao sistema de ensino comum.

Nas últimas décadas, a maioria dos países da OCDE teve tendência a aumentar as modalidades de formação concebidas para os jovens desempregados sendo organizadas pelas autoridades do mercado de trabalho. Essas medidas se justificam por facilitar a passagem da escola à vida ativa, donde a necessidade de uma colaboração dos representantes patronais e sindicais. Uma vez integrados nas políticas em favor da juventude, os sistemas de formação devem se coordenar com o ensino comum, e até se integrarem.

As políticas do mercado de trabalho, no entanto, não devem incitar os jovens a interromper seus estudos prematuramente. A ação governamental deve abrir as possibilidades de formação ligadas ao emprego. Os conhecimentos adquiridos num quadro de formação de base

devem ser suficientemente profundos e diversos para que os trabalhadores possam se adaptar a novas tarefas a medida que evoluem as condições de trabalho.

CONSEQUÊNCIAS.

Em quase todos os países da OCDE, o sistema normal de indenização do desemprego se dá sob a forma de seguro, que protege a pessoa que ocupou um emprego da perda de renda com o desemprego involuntário. Tal sistema cobre em geral todos os assalariados. Em vários países europeus, as dificuldades de se encontrar um emprego aumentaram em maior proporção que o risco de perda de emprego que tem o trabalhador ocupado. Entre os que não podem pretender receber o seguro-desemprego estão os recém-chegados no mercado de trabalho, tais quais os jovens que deixaram a escola e as mulheres que querem entrar na vida ativa depois de terminada a educação dos filhos.

Com o aumento do período de desemprego, grande número dos desempregados não podem mais usufruir dos auxílios-desemprego (que no primeiro ano pode chegar de 30% a 90% do salário, dependendo do país, e pode se tornar nulo ou muito pequeno no segundo ano) e entraram num ciclo de pauperização. Os governos implantam sistemas de aposentadoria antecipada para os trabalhadores idosos que liberam empregos. A amplitude das somas destinadas às indenizações pressiona as ações governamentais no sentido de

ajudar os desempregados a atingirem seus objetivos: achar um emprego.

Era preciso se agir de maneira que o recrutamento dos desempregados fosse uma solução mais interessante para os empregadores a nível das qualificações ou custos salariais, ou incitar os desempregados a aceitarem os empregos oferecidos. Utiliza-se diversas fórmulas: programas de formação, subvenções salariais e contratos de emprego temporário, em função do grupo visado. Essas intervenções deram resultados diversos.

A ajuda aos desempregados para enfrentar a concorrência dos outros trabalhadores é importante. Sem títulos ou diplomas atestando sua formação, um candidato a um emprego só pode ser julgado pelo empregador sobre a base de sua experiência profissional, o que põe em desvantagem os jovens e desempregados. O desemprego dos jovens e o de longo prazo são elevados nos países onde os demandantes de emprego deixaram a escola sem diploma (ou quase), como no caso de vários países mediterrâneos.

A melhor maneira de atenuar as diferenças no que diz respeito ao acesso aos empregos disponíveis seria oferecer uma formação aprovada pelos títulos exigidos e reconhecidos no mercado de trabalho. Os poderes públicos lançaram programas comunitários nas infra-estruturas locais, para oferecer empregos temporário aos desempregados. Estes programas custam relativamente caro sem, no entanto,

resolver o problema fundamental dos desempregados, pois só lhes asseguram um emprego durante um período limitado.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.

A VISÃO DE A. MARSHALL.

Num contexto de desemprego elevado, os trabalhadores não têm muitas opções de emprego, e as poucas disponíveis que se apresentam são frequentemente formas "incomuns" (não-padronizadas) de emprego.

O trabalho precário tem um horizonte pequeno e um risco de perda alto. O conceito de precariedade envolve instabilidade (apesar do trabalho instável não ser necessariamente precário), falta de proteção social, insegurança e vulnerabilidade social ou econômica. Nos últimos 15 anos, seu crescimento no mercado de trabalho (afetando também as condições deste) é explicado pelo persistente e alto desemprego.

O trabalho precário compreende o trabalho temporário (onde os maiores crescimentos nos anos 80 foram dos contratos de curta duração), o a tempo parcial (que apresentou um crescimento significativo principalmente entre as mulheres e onde para A. Marshall, na França, é uma maneira de disfarce do desemprego), o "por conta própria". Estes trabalhadores "atípicos" tendem a serem as mulheres, os jovens e os menos instruídos e hábeis que a média da população de mesma idade e sexo. Relativamente, os jovens

aparecem mais no trabalho temporário pois é um importante meio de acesso ao mercado de trabalho.

O trabalho em tempo parcial se expandia enquanto o emprego total tendia à estagnação. Foi constatado que grande parte dos empregados neste tipo de trabalho, a maioria mulheres, preferem esta forma de emprego, isto é, são empregadas "voluntariamente".

Este aspecto poderia diferenciar o trabalho em tempo parcial das outras formas "incomuns" de emprego, e segundo A. Marshall, como se o fato da voluntariedade pudesse fazer dele menos precário. Mesmo sendo voluntários, geralmente os trabalhadores não podem optar por um trabalho em período integral por causa de restrições domésticas. São então compelidos a aceitar um trabalho em tempo parcial com suas desvantagens.

Os salários mais baixos são basicamente devidos à natureza dos trabalhadores, suas posições hierárquicas e ao fato deles não tomarem atitudes contra esta forma de trabalho. Normalmente, recebem apenas o garantido, sem qualquer benefício adicional ou seguro, o que implica numa maior vulnerabilidade do empregado a riscos de ordem econômica ou saúde.

O peso do trabalho em tempo parcial no emprego total tem aumentado, em parte como resultado (ou declínio) do emprego em período integral, e em parte como conseqüenciado seu próprio dinamismo. Porém não houve uma substituição massiva do emprego em período integral pelo em

tempo parcial. Este teve um uso maior no setor público e os governos pretendiam difundi-lo no setor privado, na esperança de reduzir o desemprego. Os incentivos incluem subsídios diretos para tornar o "tempo parcial" mais atrativo para os empregadores; proteção e mais igualdade no pagamento para atrair os trabalhadores; e vários projetos de proteção governamental.

Na França, o governo atua através de subsídios para os empregadores que implantaram o sistema de tempo parcial e de compensações financeiras para os desempregados que aceitarem o emprego. O sucesso foi pequeno e o trabalho em tempo parcial aumentou independentemente dos incentivos governamentais - o impacto ocorreu apenas nas atividades que já empregavam esse sistema.

Quanto ao trabalho temporário, sempre coexistiu com o trabalho permanente. Sua função é satisfazer requerimentos regulares sazonais de trabalho e responder a circunstâncias excepcionais. Sua estrutura econômica, em particular o fato dos contratos serem quase usuais na manufatura e atividades de construção: é a idade (mais do que o sexo) que classifica os trabalhadores com contratos temporários. "Expontâneamente" (para alguns é o único meio de adentrar o mercado de trabalho), ou através de algum incentivo governamental, os jovens trabalhadores são numerosos em algumas formas de emprego temporário.

Como no caso do trabalho em tempo parcial, Marshall constata que na França, Belgica e Grã-Bretanha, o

trabalho temporário parece progredir mais rapidamente no setor público que no setor privado. Em tempos de altas taxas de desemprego, a sua difusão é vista pelo governo como uma "ferramenta" para reduzir, embora por um curto período, o número de desempregados registrados. O impacto a nível de desemprego foi limitado.

CONCLUSÃO.

O desemprego dos jovens e dos adultos são de natureza diferente: qualquer que seja o ano considerado os primeiros arriscam mais que os segundos de se tornarem desempregados. Não formam um grupo homogêneo, tendo os jovens adultos (20-24 anos) menos sucesso no mercado de trabalho nestes últimos anos do que os adolescentes -alguns governos tiveram tendência a privilegiar os jovens recém-saídos da escola com medidas a seu favor.

Os movimentos entre emprego, desemprego e vida não ativa são frequentes entre os adolescentes. A taxa de rotação alta é normal na passagem da escola para a vida ativa, mas a taxa de término de emprego é devida essencialmente a demissões, o que aponta a fato dos jovens serem as principais vítimas do ajustamento econômico (são os mais ameaçados no caso de uma recessão).

Há um grande impacto do desemprego sobre os jovens pois não se trata apenas de uma dificuldade de se passar da escola para o mundo do trabalho; o que seria um desemprego

"friccional" temporário se revela um desemprego crônico e estrutural. Decorre então uma precarização do trabalho na Europa.

CAPÍTULO 2

O DESEMPREGO DOS JOVENS NA FRANÇA

INTRODUÇÃO.

Desde o início dos anos 60, a população ativa francesa progrediu constantemente a um ritmo superior a 1% ao ano¹¹. Dois fatores estão na origem desta expansão: de um lado o efeito demográfico, já que o número de pessoas em idade de trabalhar aumentou, principalmente com a chegada das gerações do "baby boom" no mercado de trabalho. De outro, as mulheres participam mais do que antes das atividades profissionais. Ou seja, a população ativa se feminizou e rejuvenesceu. No entanto, a entrada mais tardia dos jovens na atividade e as saídas mais precoces para aposentadoria diminuíram um pouco o crescimento da população ativa.

Veremos, neste capítulo, como evoluiu o desemprego dos jovens na França na década de 80 (evolução esta dividida em três períodos: 1980-85, 1986-87 e 1988-89), os problemas levantados, as medidas tomadas para superá-los, os resultados ocorridos e as consequências.

A EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO DOS JOVENS NOS ANOS 80.

O PERÍODO DE 1980 à 1985.

De 1980 a 1985, a taxa de desemprego dos jovens, segundo o INSEE (Instituto Nacional de Ciências e Estudos Econômicos), teve um grande aumento particularmente entre os homens (passou de 10,7% para 24,5%, ou seja uma variação de +13,8%; quando passou de 21,8% para 30,5% para as mulheres, ou seja, uma variação de +8,7%). (Ver tabela II em anexo) Desde então, observou-se uma queda do desemprego dos jovens (24,5% em 1987 quando era de 27,4% em 1985)⁽¹²⁾, porém a taxa de desemprego do total da população permanece estável.

De 1980 a 1984, a situação do emprego global se deteriorou. O desemprego aumentou e a criação de empregos no setor terciário não compensou os cortes nos setores primário e secundário.

O emprego aumentou consideravelmente, em 1985, nos setores não mercantis da economia, que englobam as administrações, a seguridade social, as coletividades locais, os serviços domésticos. Esse aumento é devido principalmente ao sucesso dos TUC (trabalhos de utilidade coletiva): 330 mil jovens foram beneficiados neste ano. No final de 1985, 190 mil deles ainda permaneciam num estabelecimento público, comunidade ou associação⁽¹³⁾. O emprego assalariado aumentou em cerca de 150 mil neste ano⁽¹⁴⁾ e, similarmente, a 1982 onde a criação de empregos

1
não mercantis fora numerosa, com a diferença destes serem empregos públicos estáveis.

Na maioria dos países industrializados, se desenvolveram sistemas de ajuda a novos empresários nos níveis técnicos, jurídicos ou financeiros. Essas empresas evidentemente criam apenas um número limitado de empregos assalariados e algumas delas não sobrevivem até o final do ano de 1984. Segundo o Ministério do Trabalho, em 1982, três quartos das empresas criadas pelos desempregados ainda permaneciam em atividade no final do ano e 30% delas tinham ao menos um trabalhador assalariado^(1.9).

O trabalho em tempo parcial tem uma progressão nítida desde 1980, principalmente entre as mulheres. Os contratos por tempo determinado se difundem. As formas de estágios remunerados destinados aos jovens se multiplicam. O sucesso dos TUC (trabalhos de utilidade coletiva) e o início das formulas de formações alternadas, sobretudo os estágios de iniciação à vida profissional, tendem em 1985 a continuar este movimento. Abordaremos os TUC posteriormente.

As novas formas de emprego se caracterizam por sua precariedade e pela situação de fronteira entre a atividade e a formação.

No que concerne ao ano de 1985, o aumento do emprego é devido às novas medidas institucionais tomadas para frear o crescimento do desemprego. O impacto dessas medidas pode ter sido reforçado por modificações nos comportamentos de atividade dos jovens ou mulheres que, por

exemplo, podem adiar sua entrada no mercado de trabalho. A melhora da dinâmica do mercado de trabalho é outro aspecto positivo.

O PERÍODO DE 1986-87.

Em 1985, o emprego total dos jovens tinha aumentado de 0,4%, quando computados os TUC, contra uma queda de 1,1% em 1984 e de 0,8% em 1983 (se não se contasse os TUC, o emprego cairia de 0,4% em 1985)^{'14'}. Esta retomada se confirmou em 1986: o emprego total permaneceu praticamente estável contando ou não os TUC, com um número pouco menor que 200 mil^{'15'}. Ao longo desse ano, alguns tipos de empregos específicos se desenvolveram. Foi o que ocorreu com os empregos criados pelo sistema de formação alternada que são contratos de adaptação ou qualificação (cerca de 200 mil) e SIVP (estágios de iniciação à vida profissional - 70 mil no fim do ano)^{'16'}. Tanto o sistema de formação alternada quanto os SIVP serão abordados posteriormente.

O emprego que havia aumentado em 1985 estagnou no ano seguinte. A situação, se comparada com os anos anteriores, era menos grave, mas mesmo assim a criação de empregos não superou a perda de empregos. Neste ano de 1986, aquela foi devida aos 200 mil TUC, todos nos setores não mercantis da economia.

O papel dos SIVP na criação de emprego também foi importante. Enquanto os TUC explicaram o principal do crescimento dos efetivos no setor terciário não mercantil em 1985 (5,5%), os SIVP em 1986 contribuem ao aumento do emprego no terciário mercantil (1,7%) quando os setores não mercantis estagnam⁽²⁰⁾. O comércio e serviços mercantis foram, em 1986, os setores motores do aumento do emprego terciário.

As contratações de assalariados por período determinado continuaram a aumentar no primeiro semestre de 1986. A elevação de todos esses empregos, na maioria precários, dificilmente compensa a queda dos empregos estáveis e definitivos.

Os SIVP e TUC estão na fronteira entre o emprego e a formação, podendo ser considerados como "casos-limite" no emprego. Se não forem incluídos, o emprego total diminui de 0.3% em 1986 (o mesmo havia acontecido com os TUC em 1985)⁽²¹⁾. No entanto, houve uma melhora da situação do emprego em 1985, que se confirmou em 1986, o que representou uma ruptura com os anos anteriores. Como explicação da melhora constatada, retomou o consumo das famílias, ligado aos ganhos do poder de compra. O impacto no emprego se deu principalmente no comércio, serviços privados e alguns setores industriais de bens de consumo.

Outra explicação para a estabilidade do emprego: depois da contribuição dos TUC em 1985, os empregos dos jovens criados no sistema de formação alternada contribuem

para melhores resultados em 1986. De maio a dezembro, o Plano de emprego dos jovens colaborou com 800 mil contratos para jovens entre 18 e 26 anos⁽²²⁾, sendo a metade proporcionada pela "formação alternada". Não foram duráveis todos esses contratos, mas os resultados excedem os fluxos normais.

O desemprego se tornou então menos dramático para os jovens, um dos aspectos positivos deste Plano de emprego dos jovens, que de certa forma substitui os TUC. A taxa de desemprego dos jovens, que ultrapassava os 25% em 1984, passou para cerca de 22% em fins de 1986⁽²³⁾.

Paralelamente à melhora, aumentou o número de pessoas que se tornaram desempregadas ao final de um contrato por período determinado. Representavam quase a metade das inscrições na ANPE - Agência Nacional Para o Emprego.

Em 1986, se observou uma estabilidade do emprego, mas também um aumento do desemprego. A população ativa aumentou moderadamente (de 50 mil a 80 mil, dependendo dos indicadores⁽²⁴⁾), o emprego estagnou e o desemprego aumentou menos do que os indicadores DEFM da ANPE (demanda de emprego no final do mês) deixam supor (ver a tabela III em anexo). Apesar das taxas de atividade femininas e masculinas crescerem, a população ativa progrediu como a população em idade de trabalhar. A incidência do movimento demográfico, fator principal do aumento dos ativos, foi cerca de 150 mil ativos a mais entre 1986 e 1987⁽²⁵⁾.

Em 1986, o número de DEFM aumentou 5,5% (140 mil) e, pela OIT, 3,5% (90 mil)⁽²⁶⁾. Em 1985, os dois indicadores haviam baixado por causa da queda do desemprego fruto dos TUC. Esta melhora relativa para os jovens continuou, pois a taxa de desemprego passou de 18,7% em fins de 1985 para 17,5% em fins de 1986⁽²⁷⁾. As jovens mulheres tinham uma taxa de desemprego sempre maior que a dos jovens homens, o que fez com que as jovens acabassem por abandonar a atividade mais frequentemente.

Já antes das greves do fim do ano de 1986, a atividade econômica se reduziu, com a perda do fôlego no consumo das famílias, fator de crescimento em 1986. Por outro lado, as medidas em favor dos jovens perderam sua eficiência e a partir de novembro, o desemprego destes não diminuiu mais. O sucesso das medidas foi em parte devido às antecipações ou substituições. Em muitos casos, o jovem que conseguiu um emprego foi apenas devido a uma preferência do empregador por ele ao invés de um outro trabalhador qualquer, ou apenas compensou a saída de um trabalhador mais velho em fim de contrato ou que tenha sido demitido.

Depois de um ano estável, o desemprego começou a crescer, a taxa de desemprego se situando a 18,7% em 1987⁽²⁸⁾. A pausa no crescimento dos pedidos de emprego se deu por causa das medidas em favor dos jovens, pois o desemprego dos adultos continuou a crescer (ver tabela IV em anexo).

A população ativa ficou praticamente estável durante o ano de 1987, quando ela vinha aumentando a um ritmo moderado já há dois anos. Numa análise por idade, o peso dos adultos ficou maior em relação aos mais jovens (e em detrimento destes). Se a população não aumentou em 1987, é porque a mão-de-obra juvenil diminuiu consideravelmente, mais que anteriormente. A queda da taxa de atividade dos jovens entre 20-24 anos é de 230 mil, quando era menos de 80 mil em média de 1981 a 1986⁽²⁷⁾.

Em 1987, parece que é a Educação Nacional mais do que os estágios que recebem os jovens, que esteve na origem deste aumento considerável da "inatividade" dos jovens. Ou seja, ela retém grande parte dos jovens na escola, retardando sua entrada na vida ativa. Também houve criação real de empregos, entre a estabilidade registrada em 1986 e o forte aumento no primeiro semestre de 1988.

O PERÍODO DE 1988-89.

O crescimento sustentado de 1987 e, sobretudo, de 1988 resultou numa criação de empregos (mais 240 mil em 1988)⁽²⁸⁾. Esta retomada no mercado de trabalho é ligada ao vigor da atividade produtiva, quando algumas medidas específicas em favor do emprego começam a perder o fôlego.

Pela primeira vez na década, o número de empregos estáveis aumentou (nos doze meses seguintes a março de 1988: 70 mil)⁽²⁹⁾. As outras formas de emprego também aumentaram.

O número de contratos progrediu mas não se acelerou em 1988. O número de estagiários considerados como tendo emprego diminuiu pela primeira vez desde 1984: menos jovens estão num TUC ou SIVP em março de 1989 do que um ano antes. O desenvolvimento rápido do trabalho em tempo parcial feminino de 1981 a 1986, estagnou - o único setor onde este ainda progrediu é o público.

Paradoxalmente, o número de pessoas em situação de sub-emprego aumentou nos doze meses seguintes a março de 1988: um maior número de mulheres ativas em tempo parcial tentou aumentar seu período de trabalho.

Além das dificuldades conjunturais a partir de meados de 1986, tiveram efeito medidas como a supressão da autorização administrativa de demissão e, sobretudo, as medidas que favoreceram o emprego dos jovens em detrimento dos mais velhos.

Iniciada em 1985, a queda do desemprego dos jovens se acentuou anualmente atingindo 36% entre os meses de março de 1985 e 1989. Neste ano, a taxa de desemprego dos jovens atingiu 18.2%⁽³²⁾.

A melhora da inserção tem várias razões. A geração de 15 a 24 anos é menos numerosa, a que se apresenta no mercado de trabalho é menor ainda, pois aumentou seu período de escolaridade, atrasando a entrada na atividade e, sobretudo em 1988, os iniciantes mais fácil acesso tiveram a um emprego. Porém se os estágios foram menos frequentes, os

contratos por período determinado e substituições atingiram um número maior de jovens. Os "bicos" aumentaram.

A taxa de escolaridade aumentou sensivelmente: foi prolongada de 14 para 16 anos em 1967-68, e aumentou de 56.6% em 1968 para 85.9% em 1987⁽³³⁾. Hoje, fora o aprendizado, a inserção na vida ativa começa de fato a partir dos 18 anos. Entre 20 e 24 anos, um quarto dos jovens ainda estão no sistema educativo (a taxa de escolaridade das jovens sendo maior que a dos jovens). O nível de escolaridade da população ativa aumentou então entre 1962 e 1982 (o último recenseamento foi realizado em 1982).

Em 1987, o prolongamento da escolaridade atingiu a grande parte dos jovens. Aos 16-17 anos, 80% ainda estavam na escola⁽³⁴⁾. Os que a deixaram raramente ocupam um emprego no sentido comum deste (1%), mas estão em algum meio intermediário entre a escola e a vida ativa: aprendizado, estágios e desemprego. Dos que têm 18-21 anos, um terço apenas ainda estavam na escola, e um quinto tinham um emprego. São mais numerosos os beneficiários das medidas específicas que lhes são destinadas. A parte dos jovens entre 22-25 anos na escola era muito pequena (menos de 10%) mas aumentou cada vez mais. A maioria tinha um emprego (58%) e eram poucos que se beneficiavam das medidas específicas, salvo os contratos de adaptação (4%) e os SIVP (1,5%). No entanto, 12% estavam desempregados⁽³⁵⁾.

Menos participantes na população ativa, os jovens estavam na maior parte, na escola, em formação inicial ou

num estágio de inserção profissional. As dificuldades de encontrar um primeiro emprego e, mais ainda, de se inserir na vida profissional de modo durável, apenas reforçaram a tendência dos jovens a prolongar seus estudos além do período de escolaridade obrigatório.

A atividade dos jovens havia caído de 1% em 1988 (no ano anterior a queda fora de 2,6%). Esta redução se acentuou desde 1985 e ocorreu mais entre os jovens de 20-24 anos. Representou a continuação dos estudos: a taxa de escolaridade dos jovens aumentou de 1,5% anuais desde 1984⁽³⁶⁾.

De março de 1987 a março de 1988, o desemprego - na definição da OIT - baixou de 5,3% voltando aos níveis observados em 1985 e 1986⁽³⁷⁾. Esta queda foi importante, pois foi a primeira desde o começo da crise. No entanto, o número de inscritos na ANPE era duas vezes maior em março de 1988 (140 mil) do que em março de 1986 (70 mil)⁽³⁸⁾. Dois terços dos inscritos eram pessoas com mais de 50 anos, na maioria mulheres após serem demitidas. Isto criou um quadro de desânimo, desestimulando os que não têm perspectivas de reinserção no mercado de trabalho, fazendo com que acabem abandonando a vida ativa. Esse fenômeno também atingiu os jovens (mesmo com perspectivas de emprego mais favoráveis, pois essa evolução do emprego foi fruto de uma seletividade maior do mercado de trabalho que supostamente tende a abandonar progressivamente a mão-de-obra menos produtiva).

Em 1988, 200 mil empregos foram criados, ou seja, um aumento de quase 1%³⁹. O emprego total recuperou assim o seu nível do começo dos anos 80. Fato novo, esta evolução favorável não deveu nada à progressão dos estágios. O número de jovens beneficiados pelos TUC ou SIVP caiu em 10% entre os meses de dezembro de 1987 e 1988⁴⁰, enquanto que, em 1985-86, o desenvolvimento destes estágios havia contribuído para a melhora da situação do emprego.

O movimento do emprego de 1988 foi favorecido pelo crescimento sustentado que beneficiou a economia francesa desde meados de 1986. As empresas ajustaram rapidamente seus fatores de produção para encarar uma demanda maior. O investimento aumentou, a demanda por trabalhadores também, seja sob a forma de recrutamento, seja sob a forma de aumento da duração do período do trabalho. O trabalho em tempo parcial regrediu, sinal de uma utilização mais intensa da força de trabalho.

Como em 1987, o desemprego diminuiu nitidamente para os jovens, se estabilizou para os homens adultos (25-49 anos) e aumenta fortemente para as mulheres da mesma idade. A única diferença é que se reduziu para os maiores de 50 anos.

As boas performances em matéria de desemprego registradas nas duas extremidades da vida ativa (jovens e velhos) foram mais ligadas a fatores de ordem estrutural do que conjuntural. Os jovens prolongaram mais sua vida escolar, tendência reforçada pelas ações de orientação e inserção

desenvolvidos desde meados de 1986 pelo Ministério da Educação Nacional.

Jovens e velhos foram menos beneficiados pela retomada do emprego, ao menos até março de 1988. O número de jovens exercendo realmente alguma atividade profissional caiu, quando tinha se estabilizado em 1985-86 sob efeito de medidas específicas (TUC, formação alternada do Plano de emprego em favor dos jovens).

A oposição existente entre um forte crescimento do emprego dos adultos e a queda do emprego dos jovens ou dos mais velhos se tornou mais branda. O emprego dos jovens e dos idosos se estabilizou em 1988, quando havia diminuído em 1986-87.

Desde 1985 e do lançamento dos TUC, o desemprego não parou de diminuir, depois de ter atingido um nível bastante elevado (a queda se acentuou durante o ano de 1987 e começo de 1988 - menos 12% em um ano)⁽⁴¹⁾.

Os fatores de redução do desemprego dos jovens foram dois: de um lado, o mais importante, os jovens aumentaram seu período de escolaridade para tentar ingressar no mercado de trabalho em melhores condições. De outro lado, os poderes públicos multiplicaram as medidas que favorecem as contratações dos jovens, seja pela melhora de seus níveis de formação, seja pela redução dos custos salariais em que incorrem as empresas.

A INSERÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.

Desde os anos 60, se desenvolve a idéia da relação formação-emprego que apresenta um argumento simples: uma mão-de-obra com melhor nível de formação geral se adapta melhor na empresa do que uma mão-de-obra com pouca formação e qualificação profissional.

Exceto para os jovens com nível superior, as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho são crescentes. São maiores quanto menores os níveis de formação profissional ou qualificação. Surge um novo conceito sobre o papel da formação: quanto maior o nível do diploma alcançado, mais bem colocados estão no mercado, o tipo de formação recebida tendo um papel secundário em relação ao nível atingido. Isto então se torna uma das razões do prolongamento da escolaridade. A formação se dá dentro e pela empresa, surgindo a noção da empresa formadora.

Nos anos 70, os jovens deveriam receber uma formação na escola e pô-la em prática num emprego. Nos anos 90, o jovem que teve uma formação geral e conhecimentos técnicos na escola deve receber uma formação complementar da empresa pelo exercício diário de suas funções. A empresa é formadora e assegura a adaptação ao emprego, condição de funcionamento correto dos novos equipamentos e de uma utilização adequada dos novos tipos de prestação de serviços.

As primeiras medidas em favor dos jovens se iniciam em 1975 e se dão sob a forma de planos conjunturais, visando utilizar o período de desaceleração do crescimento para melhorar a formação profissional dos jovens demandantes de emprego. Em dois anos, a operação que deveria abrigar 50 mil jovens, acolhe apenas 37 mil⁽⁴²⁾. Os contratos "emprego-formação" foram cogitados como meio permanente de inserção profissional sob duas variantes: a "formação-inserção" e a "formação-qualificação". São formas que serão retomadas ao longo dos anos seguintes.

Percebe-se que, uma vez terminados, os planos conjunturais não foram suficientes para acabar com um problema que se agrava cada vez mais.

Os planos nacionais, que deveriam atingir 2 milhões⁽⁴³⁾ de jovens em cinco anos, se caracterizaram por cinco medidas: a exoneração das cotizações sociais patronais para o aprendizado, incentivos financeiros às contratações de jovens, a criação de estágios de formação e de preparação à vida profissional, a instituição de estágios práticos em empresas e a continuação dos contratos "emprego-formação".

Estas medidas têm efeitos positivos sobre o emprego dos jovens, ao menos no começo, mas estas demandas de emprego "evitadas" não contribuem à queda da taxa de desemprego, apenas diminuem sua progressão e, mesmo assim, provisoriamente.

No início do governo Mitterrand, se constatou que o problema do jovem que se dá a partir do momento em que se

reune uma grande proporção numa mesma faixa de idade sem algum estatuto definido: a saída do sistema educativo sem ter entrado no sistema produtivo.

Com o primeiro-ministro Mauroy, decidiu-se implantar um plano, de ordem estrutural e não mais conjuntural, de inserção profissional dos jovens e integrá-lo num projeto global de inserção social. O relatório Schwartz, em setembro de 1981, tentou difundir o princípio da alternância como meio pedagógico de formação e inserção profissional para os jovens mais desfavorecidos sem que isso fosse uma transferência de responsabilidade da Educação Nacional para as empresas. Confirmou, então, a necessidade de uma política global e de longo prazo. Outras propostas, como a criação de empregos de iniciativa local (que mais tarde darão lugar aos TUC) ou a implantação de um "crédito de educação permanente" guiaram as ações governamentais referentes às medidas para o emprego dos jovens.

No início dos anos 80, o relatório Schwartz definiu os principais objetivos relativos à inserção dos jovens: uma formação profissional qualificada, individualizada e oferecida a todos os jovens que saem do sistema educativo sem formação.

Dois tipos de estágios caracterizam as políticas de emprego: os estágios de iniciação à vida profissional (SIVP) negociados em 1983 e legalizados somente em 1985, e os TUC, instituídos no decreto de outubro de 1984. Em 1989,

a lei substituiu os TUC pelos contratos "emplego-solidariedade".

Os estágios de orientação deveriam permitir aos jovens elaborar seus projetos profissionais e suas perspectivas de inserção social. Os estágios de formação alternada se dividiam em estágios de inserção e de qualificação. Se desenvolviam em parte na empresa, sob a responsabilidade do organismo de formação, e tinham uma duração média de 6 a 8 meses.

A queda das taxas de atividade dos jovens é plausível, dadas as ações desenvolvidas pelos poderes públicos ("Plano Catala" destinado a facilitar a inserção dos jovens ao final dos estudos, desenvolvimento dos "Baccalauréats" profissionais e de ensino superior, principalmente). Os efeitos das políticas de emprego seguidas desde 1987 são do primeiro "Pacto Nacional para o Emprego". Estes atingem prioritariamente os jovens através dos estágios criados.

Os jovens acham um emprego mais facilmente que os adultos porque lhes são propostas as mais diversas formas de emprego, às quais os adultos não têm acesso, ainda mais os mais velhos: TUC, SIVP etc.

A inserção profissional dos jovens corresponde a uma transição entre a formação e o trabalho.

Contrariamente aos maiores de 25 anos, os jovens (em 1987) são uma minoria a ocupar um emprego assalariado em tempo integral e por período indeterminado. Os outros

trabalham com contratos por período determinado, ocupam um emprego sazonal, efetuam um trabalho de utilidade coletiva, um estágio de adaptação ou qualificação, um estágio de iniciação à vida profissional ou qualquer outro tipo de estágio (ver tabela V e VI em anexo).

Parece que a queda do custo salarial da mão-de-obra jovem facilitou o emprego. Os empregadores do setor privado foram atingidos pelos SIUP e os dos setores não mercantis pelos TUC.

A INFLUÊNCIA DE UM DIPLOMA.

A posse de um diploma de conclusão de curso (o "Baccalauréat") ou de nível superior facilita a procura de um emprego assalariado em período integral e indeterminado. No entanto, com diplomas de mesmo nível, as jovens são desfavorecidas em relação aos jovens.

Um diploma se revela essencial para se encontrar um emprego, pois o de ensino superior se torna decisivo na hora da contratação, aumentando de 30 a 50 pontos as possibilidades estimadas de inserção^{***}.

Desde os anos 60, a duração da escolaridade continua a aumentar e os jovens que entram no mercado de trabalho estão cada vez mais diplomados. Porém, encontram menos frequentemente, do que há dez anos atrás, um emprego condizente com seu nível escolar: a desqualificação atinge todos os níveis de diploma menos os de ensino superior.

Os riscos de desemprego depois de cinco anos de saída da escola dobrou entre os períodos de 1972-77 e 1980-85, sendo as mulheres sempre mais atingidas do que os homens. Os menos diplomados são os mais atingidos pelo desemprego.

As jovens são menos numerosas do que os jovens na ocupação de um emprego assalariado em tempo integral e por período indeterminado. No entanto, têm maior facilidade para encontrar um emprego em tempo parcial.

O diploma não é o único a influenciar a probabilidade de desemprego nos cinco anos que sucedem a saída da escola, ou seja o período decorrido após o final dos estudos.

Cada ano, em média, 800 mil jovens deixam o sistema educativo, porém com um nível de qualificação crescente⁽⁴⁹⁾: continuam seus estudos secundários durante mais tempo do que antes e entram no ensino superior em maior número.

No ensino superior, são as formações não-universitárias técnicas que mais se desenvolvem (alguns porque não conseguem entrar na universidade que querem, outros por acharem que assim têm melhores chances no mercado de trabalho). Os Institutos Universitários de Tecnologia (IUT) e as Sessões de Técnicas Superiores (STS) atraem alunos por tentarem adaptar o ensino técnico às necessidades do emprego.

Apenas os com maiores de 22 anos e que já têm alguma experiência profissional têm uma "preferência" dos empregadores para encontrarem empregos duradouros.

Para os jovens contratados fora dos dispositivos institucionais, o diploma não é fator de seleção para um emprego estável ou precário, pois algumas formas de precariedade de trabalho precisam, como as substituições, por exemplo, de uma mão-de-obra qualificada.

O aumento do desemprego dos jovens em geral é percebido juntamente com o aumento dos trabalhos precários e o desemprego dos iniciantes: três fenômenos que se completam.

O mercado de trabalho se transformou com a criação significativa de empregos precários: contratos por período limitado, substituições, estágios. Os jovens que entram no mercado de trabalho são os primeiros a obterem este tipo de emprego. Em 1985, um quinto dos jovens empregados tinham um emprego precário.

O emprego precário é sobretudo um emprego de começo de carreira. A ausência de um diploma ou um nível fraco deste predispõe ao trabalho precário.

Os jovens se inserem massivamente no mercado de trabalho por intermédio do trabalho precário. O primeiro emprego é estável apenas para 35% dos homens e 29% das mulheres que efetivamente acharam um emprego⁽⁴⁶⁾.

Os jovens que acabam de sair do sistema educacional estão menos sujeitos ao desemprego do que antes.

Os diplomados pelo ensino superior tinham poucas dificuldades de encontrar um emprego, o que não ocorre com os sem diploma.

A inserção das jovens é mais fácil quando o nível do diploma é mais alto, o que não acontece na ausência de um diploma ou um de nível mais baixo.

Desde 1983, as diferenças se reduziram, pelo menos aparentemente. A maioria dos diplomados pelo ensino superior têm um emprego, mas sua taxa de desemprego aumentou um pouco. No entanto, os mais vulneráveis ao desemprego (os geralmente sem diploma) são mais numerosos entre eles a ter um emprego precário do que estar desempregados. O desemprego é maior para os que apenas acabaram o primeiro ciclo do que para os que finalizaram o segundo ciclo, pois não tem praticamente nenhuma experiência profissional. Com uma formação técnica, os jovens se encontram menos desempregados do que antes.

Com a crise da inserção profissional do jovem, começa-se a exigir uma mudança do sistema educativo. Uma aproximação da escola à empresa se dá não somente pela necessidade de adaptação da formação profissional às características dos empregos, mas também como processo de socialização dos jovens que, com o prolongamento da escolaridade, tendem cada vez mais a ficar num sistema fechado.

As modalidades experimentadas foram diversas: o jovem exerce um trabalho produtivo quando fizer um estágio

numa empresa ou a presença de professores nas empresas para se informarem de novas tecnologias, utilização de pessoal qualificado para trabalhar, seja como tutor (estes transmitem a profissão ao jovem, mas acabam por perceber a falta de conhecimentos básicos) na empresa, seja como professor no sistema educativo, e também uma definição comum dos dois tipos de organização das formações específicas (a escola e a empresa) que se adaptem ao mercado de trabalho local.

O impacto desta mudança ainda é restrito quantitativamente, o que explica a recorrência a outros tipos de medidas mais imediatas, mas as mudanças culturais já aparecem.

Desde o final da década de 70, a implantação dos dispositivos para os jovens tem motivos e mecanismos diversos. Quanto às razões, se a ênfase é dada sobre o carácter excecional da situação do mercado de trabalho dos jovens ou urgência, se recorre a medidas específicas e provisórias. Se a ênfase é dada sobre o risco de marginalização do jovem, dada a situação de desemprego, as necessidades são de soluções com funções específicas e duráveis. Quanto aos mecanismos, se o problema detectado é a insuficiência da formação, é em relação a ela que serão tomadas as medidas. Se o problema for os custos que os jovens representam às empresas, as medidas dizem respeito aos custos (remunerações reduzidas, exoneração dos encargos sociais).

As saídas precoces do sistema educativo são menos frequentes entre 1985 e 1987. Mas, para os que saem e que não têm qualificações, os estágios de formação para os de 16-25 anos continuam a acolhê-los, mas são descartados por outros meios de inserção quando a escolha do jovem depende inteiramente do empregador.

O desemprego atinge diferentemente os jovens na França: os de nacionalidade estrangeira, os cuja família tem menos de dois ativos ocupados, as jovens que vivem com alguém ou os que tem uma origem mais modesta são os mais atingidos. Estes fatores não influenciam o tipo de inserção de que se podem beneficiar quando conseguirem um estágio ou emprego. Os fatores discriminatórios são a idade, a experiência profissional, o local de residência e o nível de estudos, pois interferem nas diferenças entre assalariados e estagiários, entre aqueles que têm emprego estável e empregos por período determinado.

O local de residência também é favorável: os jovens acham mais facilmente um emprego onde as taxas de desemprego são inferiores à média. Os jovens que se beneficiam de um nível de vida mais elevado têm favorecida sua inserção, por causa das relações profissionais e sociais e até por hábitos culturais.

OS TRABALHOS DE UTILIDADES COLETIVAS - TUC.

Em 1985, as medidas que favorecem o emprego e as medidas que visam reduzir o desemprego foram destinadas sobretudo aos jovens. Em geral, foram adotadas em 1984. A principal medida, ao menos a que surtiu mais efeito, foi a realização dos TUC a partir de fevereiro de 1985.

Inicialmente, os TUC foram destinados aos jovens de 16 a 21 anos, sendo depois acessíveis aos de 21 a 25 anos com mais de um ano de desemprego. Permitem aos jovens exercer uma atividade útil para a coletividade e adquirir uma experiência profissional. Os TUC não concorrem com as atividades econômicas existentes e são destinados às organizações de setores não lucrativos. São atividades nas áreas da ação social, serviços aos usuários, atividades culturais e esportivas em estabelecimentos públicos, associações e fundações. O estágio dura de três meses a um ano, com 20 horas semanais (a remuneração era feita pelo Estado, na época de 1200 francos, o que equivalia a menos de um salário mínimo).

O número de estagiários aumentou bastante em 1985. Cerca de 85%⁽⁴²⁾ dos participantes dos TUC estavam inscritos anteriormente na ANPE como demandantes de emprego. Dois terços não acham um emprego depois do estágio, podendo ou serem orientados para uma outra formação ou se reinscreverem na ANPE.

Os TUC podem ser designados tanto como "forma nova de emprego" ou como gestão do "não-emprego", o desemprego apenas como termo para as pessoas concernidas.

Os TUC foram elaborados em 1984, são acessíveis aos menores de 25 anos, sem emprego ou estágio, e se desenrolam nos setores públicos. Os estagiários não substituem e nem concorrem com o pessoal das empresas em que estão. Apresentam grande variedade de emprego, mas é justamente o que assegura sua continuidade e funcionamento.

Os TUC não têm um contrato, são de fácil obtenção e deixam, ao estagiário, a possibilidade de ir embora se tiver alguma boa oportunidade de trabalho. No entanto os organismos que recebem os jovens não têm obrigação quanto à duração, nem à utilização das qualificações. Os organismos acabam se tornando empregadores sem nem sempre ter condições (no caso de pequenas associações) ou então empregam uma mão-de-obra nem sempre compatível com a já existente no local.

A situação dos estagiários dos TUC é precária, com uma pequena remuneração, marcada pela disponibilidade e os estágios são ao mesmo tempo diversificados, delimitados e de interesse incerto (há polivalência do indivíduo).

Os TUC não correspondem a empregos nem a profissões: se são solicitadas qualificações, não serão necessariamente utilizadas numa atividade definida, pois consistem em ocupações (e não em empregos).

As associações são as mais numerosas a ficar com os estagiários nos programas de inserção profissional. Na

maior parte do tempo, os jovens que participam dos TUC voltam ao estado de desemprego e à instabilidade, mesmo se há uma pequena melhora da inserção profissional na saída de um TUC (se comparada com a entrada): 87% dos jovens estavam desempregados quando entraram num TUC e 48% continuavam desempregados após um TUC⁽⁴⁸⁾. Se prolongados via sua renovação podem se estender por dois anos.

AS FORMAÇÕES ALTERNADAS E OS ESTÁGIOS DE INICIAÇÃO À VIDA PROFISSIONAL - SIVP.

As formações alternadas (75 mil em 1985) constituem outra medida, em 1984, em favor da inserção dos jovens na vida social e profissional⁽⁴⁹⁾. Os estágios de três meses de iniciação à vida profissional têm por objetivo ajudá-los a escolher alguma orientação. São remunerados pelo Estado e recebem complementações das empresas, numa formação de no mínimo 25 horas por mês. Dependendo da idade e do período de tempo de estágio, estes podem receber até um salário mínimo (SMIC). O efeito foi mais brando que o dos TUC.

Há outras medidas que atingem os adultos, como por exemplo ajuda aos desempregados para a criação de empresas. Algumas favorecem os empregos em tempo parcial ou contratos por período determinado.

Essas medidas não interromperam o processo do aumento da taxa de escolaridade no sistema educativo. Ao

final de 1985, 190 mil jovens eram remunerados por um TUC⁽⁵⁰⁾ e, por convenção, foram classificados nos setores não mercantis, mesmo que alguns dentre eles trabalhassem nos transportes ou hospitais.

Em março de 1987, os jovens assalariados de 16 a 21 anos declaram estar nas empresas a menos de um ano: são 1,3 milhões donde 46% são mulheres⁽⁵¹⁾. São considerados como ativos ocupados, mas nem todos têm um contrato de trabalho. Mais da metade têm um emprego "incomum", donde 340 mil são estagiários ou aprendizes⁽⁵²⁾.

Os jovens contratados sem mecanismos institucionais diferem dos que permaneceram inativos ou desempregados.

Os estágios de aprendizado e os TUC dizem respeito a um público mais jovem e que ainda não passou por um emprego. Antes dos 19 anos ocorrem na saída da escola. Entre os 19 e 22 anos, podem também surgir depois de uma experiência de desemprego e assim servir de meio de "recuperação".

Aos mais jovens, são destinados estágios e sistemas de aprendizado, com prioridade para os que ainda estavam na escola no ano anterior. Estes mecanismos atingem os jovens que passam por um desemprego, que sem esta "recuperação", dificilmente conseguiriam outra oportunidade de ingressar novamente no mercado de trabalho.

Os contratos de qualificação destinados aos jovens pouco formados têm pouco sucesso, pois os dispositivos de

estágio não são atraentes para as empresas. Os contratos de adaptação já apresentam vantagens, pois apresentam a exoneração de 100% dos encargos sociais. Estes se tornaram a maneira mais frequente de contratação para períodos de no mínimo seis meses.

Em 1988, mais de 460 mil jovens foram contratados sob um dos tipos de formação alternada: 297 mil nos SIVP, 99 mil nos contratos de adaptação e 65 mil nos de qualificação⁽⁸³⁾. Estes resultados foram acompanhados de melhoras no nível de formação. A ampliação das contratações refletiu uma mudança da estrutura dos empregos oferecidos aos jovens.

São três as razões desta mudança: os contratos de adaptação se tornaram menos atraentes quando perderam a exoneração dos encargos sociais e foram substituídos por contratos por período determinado ou mesmo indeterminado. O aumento da taxa de acesso ao emprego se dá também em razão da melhora conjuntural do emprego, o que permite ao jovem encontrar mais facilmente um emprego em outra empresa - a queda da taxa de desemprego não resulta de um aumento das inserções na empresa de origem mas das contratações dos jovens em SVIP em outras empresas que a do estágio. O esforço do governo contribuiu para uma melhora qualitativa das inserções.

Isto, porém, não nega o fato da discriminação existente aos jovens sem qualificação, que não se beneficiaram da melhora conjuntural do emprego.

OS SIVP.

Os SIVP têm o objetivo de ajudar o jovem a definir um projeto profissional e os estágios se realizam em empresas. Os TUC permitem aos jovens desempregados tarefas de interesse geral, por meio período, em coletividades, associações etc.

As principais medidas que tiveram impacto sobre o desemprego em 1987 são: na primavera de 1986, o "Plano de Vigência" (retomado em julho de 1987), que deu a exoneração total das cotizações sociais patronais ligadas a um contrato de qualificação do jovem ou de aprendizagem. A remuneração complementar pela empresa, quando de um SIVP, não está sujeita às cotizações sociais. Paralelamente ao plano de urgência, foi colocado um dispositivo de orientação de meninos e meninas que estão saindo do sistema educativo sem qualquer real qualificação.

RESULTADOS.

A partir de 1985, o número de jovens que encontrou um emprego logo após a saída da escola aumentou: são 305 mil em 1987, mas entram neste número os estágios (TUC e SIVP), considerados aí como empregos⁽²⁴⁾. Levando em conta apenas os contratos de trabalho, a situação se deteriora: passa de 265 mil em 1984 para 230 mil em 1987⁽²⁵⁾.

Os jovens têm maior dificuldade em ingressar na vida profissional por causa da crise do emprego. Nos últimos anos, a contratação dos jovens que acabam de deixar a escola diminuiu mais que a do total das contratações e mesmo os estágios não permitiram reverter a situação em 1987.

Desde seu início em 1984, os TUC e SIVP se desenvolveram: mais de 200 mil TUC e de 100 mil SIVP em 1988⁽⁵⁴⁾. Cerca de um quarto dos empregados na saída do sistema educacional se dá sob a forma de estágio. Este tipo de emprego é destinado principalmente aos jovens com a escolaridade mais fraca: um quarto dos inscritos não têm qualquer qualificação⁽⁵⁵⁾.

Fora os TUC e SIVP, o emprego recuou de 1984 a 1988, porém é marcado por certos níveis de formação. Apenas os com diploma de nível superior têm acesso a um emprego estável.

A melhora das condições de inserção dos jovens na saída da escola é frágil. Primeiro, porque depende da ajuda do Estado; segundo, porque o problema de procura de emprego supostamente resolvido reaparece após o término dos TUC ou SIVP.

Os que foram demitidos têm maiores chances (relativas) de ocupar um emprego estável do que aqueles que se tornaram desempregados com o término de um contrato por período determinado. Eles, mais que os adultos, têm períodos de desemprego que se repetem, alternando períodos de emprego precário e de desemprego.

A precariedade do trabalho aumentou bastante: 40% dos empregos são precários quer sob a forma de TUC e SIVP, quer sejam substituições ou contratos por períodos determinado^{'88'}. Os detentores de um diploma de nível superior representam 20% (mais que em 1983) a ingressar no mercado de trabalho por meio de um emprego precário (substituições ou trabalho por período determinado)^{'89'}. O seu desenvolvimento aumentou para os sem qualificações, sendo muito grande: os TUC e SIVP acabam substituindo as formas "curtas" de emprego.

Aos antigos estágios sucederam os "estágios de preparação ao emprego", porém mais orientados para os desempregados de longa duração.

Os empregadores estão requisitando jovens cada vez mais formados. Em 1987, 40% dos emprego assalariados (fora os estágios) dos jovens "necessitou" de um diploma de nível superior^{'90'}. Até para os operários estão exigindo um diploma de escolaridade técnica.

O desenvolvimento do sistema de formação inicial e do papel cada vez maior das empresas na formação e orientação das carreiras leva a algumas disfunções no sistema educativo, assim como no processo de inserção profissional: um prolongamento excessivo do período de inserção profissional dado pelo aumento do nível de qualificação do emprego. Uma inadaptação do sistema educativo à estrutura dos empregos oferecidos, que acaba resultando num prolongamento da formação geral nas escolas

para a aquisição das qualificações necessárias. Uma participação insuficiente do sistema educativo na formação dos trabalhadores ao longo da carreira, que deveria se dar em todas as etapas da carreira, pois é o único organismo capaz de dar uma formação teórica de nível suficiente.

CONSEQUÊNCIAS.

O modelo predominante do emprego assalariado em tempo integral e por período indeterminado está em constante recuo: apenas um milhão de empregos deste tipo em menos de 6 anos⁽⁴¹⁾. Os empregos atípicos progridem de maneira mais rápida: em 1987 são 3 milhões, quando eram 2 milhões em 1982. Estes empregos atípicos estão fora da norma do ponto de vista da duração (o tempo parcial), do estatuto (contrato por tempo determinado ou substituições), ou as vezes os dois pontos (a maior parte dos estágios).

Na primeira linha dos atípicos estão os TUC, depois os SIVP, destinados aos jovens.

Os estágios são destinados aos jovens que encontram dificuldades para se inserir profissionalmente. Esta inserção parece cada vez mais em mais difícil: de quatro estagiários em março de 1987, apenas um ocupa um emprego estável em março de 1988, nem que seja em tempo parcial. (Em 1984, eram um a cada dois)⁽⁴²⁾. Isto faz com que muitos, um quinto, abandonem a população ativa (principalmente as mulheres).

Desde 1981, inúmeras formas particulares de emprego se desenvolveram: aprendizagem, interino ou substituições, contratos por períodos indeterminado, TUC e SIVP. Fora estas formas institucionais, há situações que se afastam das normas de emprego em período integral e indeterminado: o sub-emprego ou procura de um outro emprego.

Ha também todas as pessoas em tempo parcial, que não têm forma institucional definida e que não estão à procura de um outro emprego.

Depois de ter progredido em 1985, por causa dos TUC, o emprego total estagnou em 1986 e em 1987, (mais ou menos 21 milhões de ativos ocupados)⁶⁴. Nestes três anos, diminuiu em relação aos anos 1980-84. No entanto, a evolução seria diferente se não se contabilizasse as criações de estágios desde 1984: os TUC e SIVP. Os TUC melhoram de maneira notável o emprego em 1985 (190 mil TUC) e os SIVP em 1986 e 1987 (80 mil a mais em dois anos)⁶⁵.

Três meses depois do término do estágio, 45% dos que trabalham num SIVP e 30% daqueles num TUC têm um contrato por período determinado⁶⁶. Fora os TUC e SIVP (associados a assalariados), o número de assalariados cairia ligeiramente em 1986 e 1987.

O setor beneficiado pelos TUC é o não mercantil. em 1986, contribuem com 10 mil efetivos neste setor, mas, mesmo fora os TUC, o emprego ainda progride. A indústria perde empregos (por volta de 100 mil em 1987), mas o terciário mercantil continua a criar⁶⁷.

Graças aos TUC, a queda da participação dos jovens no emprego parou em 1985, mas continuou, porém, de maneira mais branda, com medidas incitativas à contratação dos jovens. As duas causas da tendência à queda da taxa de atividade dos jovens subsistem potencialmente: o aumento da escolaridade ou formação junto com as dificuldades

crecentes de inserção na vida ativa. Outras medidas contribuíram á diminuição do desemprego de abril a novembro de 1987: estágios para desempregados por longo período, dispensa de procurar emprego para os velhos.

O desenvolvimento dos "bicos" é frequentemente apresentado como uma fonte potencial de criação de emprego, em oposição às atividades tradicionais, e não mais apenas para absorver o crescimento da população ativa. Esses empregos forneceriam um modo de inserção àqueles que têm apenas um acesso "marginal" ao mercado de trabalho. Os dispositivos institucionais delimitam as atividades reduzidas para os desempregados.

Cada tipo de emprego envolve populações diferentes (ver quadro). Os horários reduzidos e regulares são horários inferiores a vinte horas semanais: drenam a maior parte das atividades reduzidas (672 mil pessoas, ou seja, 57,9% dos efetivos ocupantes deste tipo de emprego e 3,1% dos ativos ocupados totais). Os horários reduzidos e instáveis: 200 mil empregos, exercidos sem o horário tradicional de trabalho ou com variações de horário ocasionais: representam 17,5% dos efetivos deste tipo de emprego e 1% da população ativa ocupada. Os contratos de trabalho temporário: previstos para uma duração máxima de três meses, com 169 mil pessoas, representam 14,6% do total deste tipo de emprego, e 0,8% da população ativa ocupada. As atividades esporádicas: 116 mil que trabalharam ao menos uma hora na semana anterior à pesquisa - mas que dizem não ter emprego remunerado ou

exercer qualquer atividade profissional: 10% deste tipo de emprego e 0,5% na população ativa ocupada⁶⁸ (ver quadro I em anexo).

A metade dos que têm um "bico" não têm diploma ou formação de nível superior, nem mesmo um certificado de conclusão de curso: são 25,3% das pessoas com horário reduzido⁶⁹. Estes contratos são remunerados em torno do salário mínimo (SMIC). Os "bicos", então, têm uma remuneração bastante limitada e não são meios de ganhos substanciais, não permitindo ter uma carreira salarial "normal".

A maioria dos que exercem os "bicos" estão inscritos na ANPE e declaram estar à procura de um outro emprego (com alguma garantia ou futuro). Os "bicos" aumentaram de 14,5% entre 1983 e 1987, cifra aumentada para 18% se não se contassem os estagiários (1984 e 1986 foram o período de maior aumento, mas se constata uma queda de 35% entre março de 1986 e 1987)⁷⁰.

O único meio de abandonar um "bico" consiste em arranjar um emprego com maior duração de trabalho. O outro meio de saída encontrado seria a inatividade (sobretudo as mulheres que acabam renunciando, ao menos temporariamente, a uma atividade profissional). No entanto podem servir a um outro tipo de emprego, sendo um meio de inserção mais duradoura.

Um quinto dos que exercem um "bico" se tornam desempregados depois, o que pode apenas significar um trânsito entre precariedade e desemprego⁽⁷¹⁾.

Em 1985, o número dos que recorrem a contratos por período determinado se intensificou, enquanto o de contratos estáveis estagnou. Fato novo foi a progressão ter sido mais rápida entre os homens (de mais de 25 anos) e atingir maior número de empregos qualificados: se observa então uma extensão desta forma de emprego.

Os empregos clássicos cedem lugar aos empregos precários, de tempo parcial, e formas intermediárias como os estágios. Com a pressão do desemprego, os assalariados aceitam este tipo de emprego por falta de situações mais estáveis. Os trabalhadores a procurar um emprego alternativo se tornam cada vez mais numerosos.

Estágios, empregos precários e empregos em tempo parcial só são aceitos na falta de outro tipo de emprego. Muitos não estão satisfeitos, sendo 1,4 milhão à procura de um outro emprego⁽⁷²⁾. Os jovens são mais numerosos na procura de outro emprego, sinal de uma inserção com ajustamentos sucessivos. Dos meses de março de 1980 a 1986, passam de 850 mil a 1,379 milhão, sendo uma taxa de 6,4% da população ativa ocupada em março de 1986 (a taxa dobrou no período)⁽⁷³⁾.

Ao mesmo tempo que aumenta, esta população muda. A razão de procurar um emprego melhor pago diminui progressivamente. Já a razão de se encontrar um emprego

menos precário aumenta, pois o emprego ocupado é uma situação de espera, ou existe medo ou certeza de perdê-lo (534 mil pessoas em 1986)^{'74'}. O sucesso não acontece sempre: alguns se tornam desempregados ou inativos.

Para a DIT, quando o emprego de uma pessoa é considerado insuficiente em relação às normas determinadas ou a um outro emprego possível, dadas as qualificações profissionais, há sub-emprego. Aqui, é considerado como toda pessoa trabalhando menos do que a norma ou do que o hábito e procurando um emprego em tempo integral.

O sub-emprego se concentra nos jovens que acabam de começar um trabalho, principalmente em funções públicas. Se torna uma situação em alternância com o desemprego, ou uma transição da inatividade para o emprego. Em 1986, são mais ou menos 500 mil pessoas (número este que dobrou em quatro anos)^{'75'}.

Há uma difusão do trabalho em tempo parcial entre os jovens, homens e mulheres, sem contar os TUC e outros estágios. O tempo parcial é concentrado nas profissões mais feminizadas e pouco qualificadas do setor terciário (empregados no comércio, serviços mercantis e domésticos)

CONCLUSÃO.

O desemprego dos jovens na França nos anos 80 apresenta dois anos de queda: 1985 e 1988. Até 1985, este

era crescente e só diminuiu neste ano devido às medidas implantadas pelo governo francês para tentar fazê-lo, ao menos, estagnar. No ano de 1986, permaneceu estável, ainda sob efeito da melhora ocorrida no ano anterior. Em 1987, apresenta novo aumento, mas volta a cair em 1988 e 1989, devido à recuperação da economia mundial e francesa.

Um dos problemas diagnosticados é o nível de formação dos jovens que tentam ingressar no mercado de trabalho. Quanto mais fraco esse nível, ou seja, quanto mais fraco o nível do diploma obtido, menos chances o jovem tem de conseguir um emprego de período integral e indeterminado (estável).

As medidas implantadas surtiram um efeito positivo, pelo menos nos anos de pico do emprego, mas se não existissem, o desemprego teria se agravado mais.

No entanto, estas medidas não promovem empregos num sentido comum da palavra, pois são apenas estágios (de todos os tipos), e se revelam extremamente precários, seja pelo período do estágio, sua duração ou mesmo estrutura (formação), pois muitos jovens continuam desempregados após o seu término.

A precarização do trabalho é cada vez maior, fazendo com que muitos, mesmo com um emprego, continuem a procurar um outro que possa lhes proporcionar alguma estabilidade.

CONCLUSÃO

Segundo o artigo de A. Lebaube no jornal "LE MONDE", os objetivos do atual ministro do trabalho francês, M Aubry, em relação aos jovens são simples: "a inserção pelo emprego é melhor do que os outros tipos de dispositivos. É preciso um esforço para romper com as facilidades às vezes anestésiantes". O ministro quer então, que o jovem entre na vida ativa sem o papel paternalista do serviço do emprego.

M. Aubry pediu o fim das alocações de inserção para os primeiros demandantes de emprego, que acabam de sair do sistema educativo. Durante um período de três a seis meses, com um ganho de 1.300 francos mensais de indenização, os jovens podiam esperar por um emprego que lhes conviesse, evitando por algum tempo os contratos de interino ou por tempo determinado.

A mesma coisa foi aplicada aos contratos "emprego-solidariedade" (CES) que vieram suceder aos TUC. Os jovens de 16-18 anos não serão mais admitidos neste dispositivo, pois o CES apresenta um contrato de trabalho, remunerado com base no SMIC por hora e por meio período.

Estas medidas foram tomadas quando se percebeu que a atração de um pequeno salário incitava os adolescentes que não iam bem na escola a abandoná-la prematuramente, ao invés de tentar conseguir um diploma.

Foram propostos "contratos locais de orientação" (CLO), 60 mil em 1992, sempre em coletividades locais e associações. São considerados menos atrativos e foram feitos, tais como os "contratos de orientação", para substituir os SIYP. Devem ser em tempo integral, por um período de três a seis meses e remunerados a 65% do SMIC. O ministro estima que devem apenas ser utilizados quando necessário.

Os jovens sem emprego e sem diploma serão orientados para empresas de inserção, segundo o caso e as dificuldades de cada um, para se integrarem na vida ativa.

O fato é: será que simplesmente uma política de redução dos custos do empregador (exoneração de 100% dos encargos sociais no primeiro ano e de 50% nos outros seis meses) serão suficientes para assegurar o ingresso do jovem na vida ativa? Será que a redução do custo de trabalho (28%), vai incitar um empregador a empregar um jovem quando nem sempre tem condições para isso, ou mesmo não está disposto a empregar uma mão-de-obra desqualificada?

O argumento do ministro se baseia no fato de 75% dos jovens já ganharem menos de um salário mínimo e que, de

qualquer forma, os menos qualificados sempre ficaram de fora do emprego. E mesmo 30% dos empregos não qualificados são ocupados por pessoas qualificadas que poderiam ser melhor aproveitadas. No entanto, os empregadores reclamam da falta de mão-de-obra qualificada.

Os programas de emprego adotados na França não surtem o efeito necessário a longo prazo, pois apenas criam estágios que disfarçam a taxa de desemprego dos jovens, atenuando-a por algum tempo. Na realidade, estes estágios não promovem emprego algum, são na maioria precários e não interferem num sério problema que é a falta de formação dos jovens em relação aos requisitos do emprego, apesar do aumento da taxa de escolaridade. Disto decorre uma marginalização crescente dos jovens.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1): cf RAMSES 1983-1984.
- (2): idem.
- (3): idem.
- (4): idem.
- (5): idem.
- (6): idem.
- (7): idem.
- (8): idem.
- (9): idem.
- (10): idem.
- (11): cf BELLOC, B. et alli (1987).
- (12): cf CLAVEAU, E. (1988).
- (13): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1986).
- (14): idem.
- (15): idem.
- (16): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1987).
- (17): idem.
- (18): idem.
- (19): cf MARCHAND, O. (1987).
- (20): idem.
- (21): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1987).
- (22): idem.
- (23): idem.
- (24): cf MARCHAND, O. (1987).
- (25): idem.
- (26): idem.
- (27): idem.
- (28): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1987).
- (29): cf LACROIX, T. (1988).
- (30): cf LACROIX, T. (1989).
- (31): idem.
- (32): idem.
- (33): cf BELLOC, B. et alli (1987).
- (34): cf CLAVEAU, E. (1988).
- (35): idem.
- (36): cf LACROIX, T. (1989).
- (37): cf LACROIX, T. (1988).
- (38): idem.
- (39): cf BELLOC, B. et LACROIX, T. (1989).
- (40): idem.
- (41): cf LACROIX, T. (1988).
- (42): cf MONTELH, B. et MORGENSZTERN, F. (1990).
- (43): idem.
- (44): cf ELBAUM, M. (1988).
- (45): cf LEMERME, S. (1988).
- (46): cf VOISIN, M.J. (1989).
- (47): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1986).
- (48): cf SCHIMIDT, N. (1988).
- (49): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1986).
- (50): idem.
- (51): cf ELBAUM, M. (1988).

- (52): idem.
- (53): cf CATALA, S. (1989).
- (54): cf AUDIER, F. (1988).
- (55): idem.
- (56): cf JOIN- LAMBERT, E. et VINEY, X. (1988).
- (57): idem.
- (58): idem.
- (59): idem.
- (60): idem.
- (61): cf CÉZARD, M. et HELLEI, J.L. (1988).
- (62): idem.
- (63): idem.
- (64): cf MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1988).
- (65): idem.
- (66): idem.
- (67): idem.
- (68): cf ELBAUM, K. (1987).
- (69): idem.
- (70): idem.
- (71): idem.
- (72): cf HELLER, J.L. (1986).
- (73): idem.
- (74): idem.
- (75): cf THÉLOT, C. (1986).

BIBLIOGRAFIA

- AUDIER, F. (1988) - "Les recrutements des entreprises depuis quinze ans", in Economie et Statistique n° 216.
- BELLOC, B. (1986) - "De plus en plus de salariés à temps partiel", in Economie et Statistique n° 193 e 194.
- BELLOC, B. et alli (1987) - "Des séries longues sur la population active, l'emploi et le chômage", in Economie et Statistique n° 205.
- BELLOC, B. et LACROIX, T. (1989) - "L'emploi industriel cesse de décliner en 88", in Economie et Statistique n° 220.
- BOYER, R. (1988) - The search for labour market flexibility, parte I, cap. 1.
- CATALA, S. (1989) - "Les débouchés de la formation en alternance des jeunes", in Problèmes économiques n° 2.137.
- CÉZARD, M. (1986) - "Le chômage et son halo", in Economie et Statistique n° 193 e 194.
- CÉZARD, M. et HELLEI, J.L. (1988) - "Les formes traditionnelles d'emploi salarié déclinent", in Economie et Statistique n° 215.
- CLAVEAU, E. (1988) - "Le chômage des jeunes en france de 1980 à 1987", in Problèmes économiques n° 2.096.

- COUTURIER, G. (1990) - "L'insertion professionnelle des jeunes, l'expérience du droit français de l'emploi", in Revue Française des Affaires Sociales n° 3.
- DEDECCA, C.S. e FERREIRA, S.P. (1987) - Crescimento econômico e população economicamente ativa.
- ELBAUM, M. (1987) - "Les "petits boulots": plus d'un million d'actifs en 87", in Economie et Statistique n° 205.
- ELBAUM, M. (1988) - "Stages, emplois et salaires d'embauche: l'insertion des jeunes à quel prix?", in Economie et Statistique n° 211.
- EVENS, J.M. et alli (1984) - "Les déterminants du marché du travail des jeunes et le chômage: un aperçu général" - in OCDE, La nature du chômage des jeunes. Analyse à l'intention des pouvoirs publics - Paris.
- FREYSSINET, J. (1991) - "Les modes d'insertion professionnelle des jeunes: trajectoire nationale face à la crise", in Problèmes économiques n° 2.211.
- GARDONNA, P. (1990) - "Indemnisation du chômage et politiques de l'emploi", in Revue Française des Affaires Sociales n° 3.
- HELLER, J.L. (1986) - "Emplois précaires, stages: des emplois "faute de mieux"", in Economie et Statistique n° 193 e 194.

- HOLLISTER Jr., R.G. e FREEDMAN, D.H. (1983)- "Programas especiales de empleo en ciertos países de la OCDE", in Revista Internacional del Trabajo, volume 107 n° 3.
- JOIN-LAMBERT, E. et VINEY, X. (1988)- "L'insertion des jeunes à la sortie de l'école entre 1983 et 1987", in Economie et Statistique n° 216.
- LEBAUBE, A. (1991) - "Inciter les jeunes au travail", in Le Monde, 2 de novembre.
- LACROIX, T. (1988) - "Une embellie sur le marché du travail en 1987", in Economie et Statistique n° 215.
- LACROIX, T. (1989) - "La croissance fait reculer le chômage", in Economie et Statistique n° 226.
- LANTIEN, C. (1989) - "L'économie française à l'horizon 1992 - Un pronostic plus favorable qu'il y a un an", in Economie et Statistique n° 220.
- LAULHÉ, P. et alli (1986) - "Les mouvements de main-d'œuvre en 1985: nouvelle progression des contrats à durée déterminée", in Economie et Statistique n° 193 e 194.
- LAULHÉ, P. (1988) - "1980-1985: les difficultés de l'insertion", in Economie et Statistique n° 216.
- LEMERLE, S. (1988) - "Les sorties du système éducatif de 1976 à 1986", in Economie et Statistique n° 216.
- MARCHAND, O. (1987) - "En 1986, la population active a moins progressé que prévu", in Economie et Statistique n° 205.

- MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1986) - "L'emploi en 1985: les signes d'une amélioration", in Economie et Statistique n° 187.
- MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1987) - "Stabilité de l'emploi mais reprise du chômage en 86", in Economie et Statistique n° 198.
- MARCHAND, O. et MARTIN-LE GOFF, E. (1988) - "Avec le développement des stages, la France ne perd plus d'emplois depuis 85", in Economie et Statistique n° 209.
- MARSHALL, A. (1989) - "The sequel of unemployment: the changing role of part-time and temporary work in Western Europe", in Rogers, G. and J., Precarious jobs in labour market regulation.
- MONTELM, B. et MORGENSZTERN, F. (1990) - "Quinze ans de politiques pour l'emploi des jeunes en France", in Problèmes économiques n° 2.182.
- OCDE (1987) - Ajustement structurel et performance de l'économie, synthèse, e capitulos 1, 3, 8.
- OCDE (1983) - Perspectives de l'emploi, Paris.
- OCDE (1985) - Perspectives de l'emploi, Paris.
- PASCAUD, E. et SIMONIN, B. (1988) - "L'insertion professionnelle des jeunes: les politiques nationales sur le terrain", in Problèmes économiques n° 2.078.
- RAHSES (1984) - Chômage: la contrainte majeure. - capítulo 3, parte 3.

- ROBERT, M. (1980) - "L'insertion professionnelle des jeunes et les pactes pour l'emploi", in Cahiers Français n° 195, "Chômage et politiques", Notices 5-6.
- RODGERS, G. (1989) - "Precarious work in Western Europe: the state of the debate", in Rogers, G. and J., Precarious jobs in labour market regulation.
- SCHIMIDT, N. (1988) - "Les travaux d'utilité collective: évaluations et évolutions", in Revue Française des Affaires Sociales n° 3.
- THÉLOT, C. (1986) - "Le sous-emploi a doublé en quatre ans", in Economie et Statistique n° 193-194.
- VINCENT, C. (1991) - "Le système éducatif face aux transformations de la relation "formation-emploi" dans les entreprises", in Problèmes Économiques n° 2.235.
- VOISIN, M.J. (1989) - "Les difficultés d'insertion des chômeurs", in Economie et Statistique n° 220.

ANEXO

TABELA I

Percentagem do desemprego na OCDE de 1979 a 1984
(em relação a população ativa total)

	1979	1982	1983	1984
Austrália	6.2	7.1	9.9	8.9
Austria	2.1	3.5	4.1	3.8
Belgica	8.2	12.6	13.9	14.0
Canada	7.4	10.9	11.8	11.2
Dinamarca	6.0	11.0	11.4	11.0
Finlandia	5.9	5.8	6.1	6.1
França	5.9	8.1	8.3	9.7
Alemanha	3.2	6.1	8.0	8.6
Grécia	1.9	5.8	7.9	8.5
Islandia	1.0	0.9	0.9	0.9
Irlanda	7.1	11.4	14.1	16.0
Itália	7.5	9.0	9.8	10.2
Japão	2.1	2.4	2.6	2.7
Luxemburgo	0.6	1.3	1.9	1.9
Países Baixos	5.4	11.4	13.7	14.0
Nova Zelândia	1.9	3.5	5.6	4.7
Noruega	2.0	2.6	3.3	3.0
Portugal	8.1	7.3	8.1	7.9
Espanha	8.5	15.9	17.4	20.1
Suécia	2.1	3.1	3.5	3.1
Suissa	0.3	0.4	0.9	1.2
Turquia	13.2	15.1	15.7	16.2
Reino Unido	5.3	11.8	12.7	13.0
Estados Unidos	5.8	9.5	9.5	7.4
América do norte	5.9	9.7	9.7	7.8
OCDE Europa	5.4	9.0	10.1	10.8
Total OCDE	5.0	8.1	8.6	8.2

Fonte: OCDE, Statistiques de la population active.-1985.

TABELA II

Taxa de desemprego por sexo e idade na França
(na definição do BIT)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Homens :								
15-24 anos :	10.7	13.1	15.6	17.0	22.1	24.5	22.8	20.7
25-49 anos :	2.8	3.6	4.2	4.4	5.5	6.2	6.6	7.0
50 anos e + :	3.6	4.2	4.6	4.9	5.2	5.9	6.6	6.7
Mulheres :								
15-24 anos :	21.8	23.8	25.2	25.5	30.2	30.5	27.5	29.5
25-49 anos :	6.4	7.4	7.8	7.9	8.9	9.7	10.1	11.5
50 anos e + :	5.5	5.7	5.9	6.4	7.0	7.1	7.0	8.0
Total :	6.1	7.1	7.8	8.1	9.5	10.2	10.2	10.7

Fonte: INSEE (Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos)-1988.

TABELA III

Estrutura e evolução dos pedidos de emprego

	- de 25 anos		:	todas as idades	
	%	evol.	:	%	evol.
1980 :	53.3	+4.4	:	100.0	+4.9
1981 :	52.7	+9.1	:	100.0	+10.3
1982 :	52.6	+3.2	:	100.0	+3.4
1983 :	51.4	-3.0	:	100.0	-0.7
1984 :	51.1	+3.8	:	100.0	+4.3
1985 :	49.1	-1.8	:	100.0	+2.4
1986 :	48.4	+6.2	:	100.0	+7.7
1987 :	46.6	-3.2	:	100.0	+0.5

Fonte: INSEE - 1988.

TABELA IV
Estrutura por idade das DEFM

	fim dez-1980		:	fim dez-1987	
menos de 25 anos	:	45.2%	:	33.4%	
25 a 49 anos	:	37.5%	:	52.5%	
50 anos e mais	:	17.4%	:	14.0%	
Total	:	100.0%	:	100.0%	

Fonte: INSEE - 1988.

TABELA V
**Destino dos jovens nove meses depois
da saída da escola (em 1986)**

		Meninos		:	Meninas	
		(em milhares)	:	%	(em milhares)	%
Emprego	(1)	127	:	32	165	44
Aprendizado		69	:	17	31	8
Estágio	(2)	31	:	8	36	10
Serviço Nacional		90	:	22	---	---
Desemprego		78	:	19	119	32
Inatividade		8	:	2	24	6
Total		403	:	100	374	100

(1): Os TUC estão inclusos.

(2): Estimação inexata.

Fonte: Pesquisa de emprego de março de 1986. - Economie et Statistique n° 193-194.

TABELA VI

**Evolução do destino dos jovens nove meses
após a saída da escola (*)**

A: os TUC e SIVP inclusos no emprego.

	1983	1984	1985	1986	1987
Atividade					
Emprego	287 000	270 000	296 000	313 000	305 000
Desemprego	227 000	224 000	196 000	164 000	129 000
Total	514 000	494 000	492 000	477 000	434 000
Inatividade					
Estágio	47 000	66 000	66 000	54 000	54 000
Serviço Nacional	91 000	84 000	90 000	87 000	87 000
Outros	35 000	36 000	33 000	34 000	25 000
Total	173 000	186 000	186 000	175 000	166 000

B: os TUC e SIVP não considerados como emprego, e inclusos nos estágios.

	1983	1984	1985	1986	1987
Atividade					
Emprego	287 000	246 000	256 000	246 000	231 000
Desemprego	227 000	224 000	196 000	164 000	129 000
Total	514 000	470 000	452 000	410 000	360 000
Inatividade					
Estágio	47 000	90 000	103 000	121 000	128 000
Serviço Nacional	91 000	84 000	90 000	87 000	87 000
Outros	35 000	36 000	33 000	34 000	25 000
Total	173 000	210 000	226 000	242 000	240 000
Saídas (exceto					
para o	687 000	680 000	678 000	652 000	600 000
aprendizado)					

(*): Segundo a pesquisa, o total das saídas diminuiu. Estes resultados têm uma pequena diferença em relação às pesquisas do Ministério da Educação Nacional: de um lado porque as saídas do sistema educativo são baseadas em estimativas, e contêm um certo grau de incerteza. De outro, porque os dados da pesquisa Emprego foram obtidas através de sondagem, e contêm um parcela aleatória. Mesmo assim, parece seguro que as saídas tenham diminuído em 1987.

Fonte: Économie et Statistique n°216, 1988.

QUADRO I

As diferentes categorias de atividades reduzidas.
(em março de 1987)

Tipos de "bico"	efetivos (em milhares)	parte do total (em %)	parte dos efetivos ocup. (em %)
Horários reduzidos e regulares (1):	672.9	57.9	3.1
Horários reduzidos e irregulares (2):	172.4	14.8	0.8
(3):	31.4	2.7	0.2
(4):	35.8	3.1	0.2
"Bicos" temporários (5):	109.9	9.5	0.5
(6):	23.7	2.0	0.1
Atividades marginais ou esporádicas (7):	116.0	10.0	0.5
Total fora estágio ou aprendizado	1 162.1	100.0	5.4
Estagiários e Aprendizes (8):	80.2	---	0.4

(1): horários habitualmente inferiores a 20 horas semanais.

(2): menos de 20 horas semanais e sem horário fixo de trabalho.

(3): atividades ocasionais sem horário fixo, ou um horário semanal inferior a 39 horas.

(4): contrato por período determinado por 1 mês ou menos, ou trabalho como interino de 2 semanas ou menos.

(5): contrato por período determinado de 1 a 3 meses, ou trabalho como interino de 2 a 4 semanas.

(6): empregos temporários de ao menos 3 meses no Estado ou em coletividades locais.

(7): trabalho ao menos de 1 hora semanal, porém sem o exercício de uma atividade profissional.

(8): estagiários e aprendizes ocupando uma das formas de emprego citadas acima.

Fonte: Économie et Statistique n°205, 1987.